

TRANSPARÊNCIA

BALANÇO SOCIAL O DESAFIO DA TRANSPARÊNCIA

Uma publicação do Ibase
Rio de Janeiro, agosto de 2008

iBase etinho

BALANÇO SOCIAL DEZ ANOS O DESAFIO DA TRANSPARÊNCIA

Uma publicação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

DIRETORIA EXECUTIVA

Cândido Grzybowski
Dulce Pandolfi
Francisco Menezes
João Sucupira

REVISÃO
Ana Bittencourt

TEXTOS
Ciro Torres
Cláudia Mansur

EQUIPE RESPONSÁVEL

Ciro Torres (*coordenação*)
Cláudia Mansur (*pesquisadora*)
Ana Xavier (*secretaria*)
Sheila Oliveira (*apoio*)

PRODUÇÃO
Geni Macedo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Dotzdesign

EDIÇÃO
Jamile Chequer

TIRAGEM
1.00 exemplares

Distribuição dirigida. Pedidos de exemplares:

Ibase
Av. Rio Branco, nº 124, 8º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP 20040-916
Telefone: (21) 2178-9400

Esta publicação está disponível em:

<www.ibase.br>
<www.balancosocial.org.br>

Os textos desta publicação podem ser reproduzidos desde que citada a fonte e informado ao Ibase.

B144

Balanço social, dez anos : o desafio da transparência / [Ciro Torres (coordenação)]. - Rio de Janeiro : IBASE, 2008.

ISBN 978-85-89447-17-1

1. Responsabilidade social da empresa - Brasil. 2. Contabilidade social - Brasil. I. Torres, Ciro. II. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

08-2768.

CDD: 658.408
CDU: 65.012.28

04.07.08 08.07.08

007529

Sumário

| | |
|---|---------|
| Apresentação | 6 |
| Balanço social, uma experiência exitosa Empresas: o imperativo da responsabilidade | 8 10 |
| Capítulo 1 – A história do balanço social | 16 |
| Capítulo 2 – A consolidação do modelo | 24 |
| Capítulo 3 – Análise dos balanços | 32 |
| Capítulo 4 – O selo | 60 |
| Conclusões | 68 |
| Anexos | 73 |

*“Realizar o
Balanço Social
significa
uma grande
contribuição
para consolidação
de uma sociedade
verdadeiramente
democrática”*

Betinho

*Dedicamos este livro ao incansável
guerreiro Herbet de Souza (Betinho),
responsável inicial por tudo isso...*

*Dedicamos, também, aos homens e às
mulheres que trabalham de maneira
ética e responsável - em empresas,
organizações sociais ou governos
- para tornar este mundo mais justo,
humano e sustentável.*

A presente publicação consolida uma série de informações sobre os balanços sociais de empresas que atuam no Brasil e utilizam o modelo Ibase como parâmetro. Os dados ora publicados mostram a evolução - os avanços e retrocessos - dos discursos e das práticas empresariais e diversas informações sociais, financeiras e ambientais divulgadas por meio dessa importante e estratégica ferramenta da responsabilidade social corporativa - que começou a ser utilizada, de maneira ainda incipiente, durante os anos de 1997 e 1998. O nosso modelo chega a 2008 como o instrumento mais utilizado pelas empresas que buscam demonstrar publicamente suas informações socioambientais e aceitaram o desafio da transparência.

Passando por algumas remodelações e ajustes nestes últimos dez anos, esse modelo de balanço social é uma bandeira de luta pela transparência e pelo controle cidadão lançada pelo Ibase, junto com alguns de seus parceiros, que se consolidou como uma das principais referências no tema. Nada mais atual e ainda muito desafiador para empresas e organizações da sociedade civil. Conheça este belo instrumento de controle social.

Ciro Torres e Cláudia Mansur

Balanço social, uma experiência exitosa

Transparência. Essa tem sido a tônica da campanha pela divulgação do balanço social das empresas nos seus dez anos de vida. Mesmo sem se valer de campanhas publicitárias para ressaltar suas características, aos poucos, o modelo Ibase de balanço social conquistou o reconhecimento das empresas que, de forma voluntária, viram nele uma forma efetiva de demonstrar suas ações no campo da responsabilidade social. Nesse período, consolidou-se como instrumento conhecido e utilizado para a divulgação das informações sobre a responsabilidade social das empresas.

Em torno da idéia de que o modelo Ibase de balanço social revela valores éticos, como a participação, a igualdade, a diversidade de gênero e raça, a inclusão de pessoas com deficiência, entre outros, o Ibase vem a público prestar contas da real situação das empresas que publicaram o balanço social nessa última década.

Esta publicação apresenta uma consolidação inédita desses dados e informações. O espírito deste documento é trazer para o debate público os números, as informações e análises, a partir de dados publicados pelas próprias empresas. O objetivo é simples: queremos ressaltar em quais pontos as empresas avançaram e em que ritmo; em quais questões necessitam melhorar e quais os desafios éticos a serem enfrentados nos próximos anos.

Costuma-se dizer que, no Brasil, o movimento pela responsabilidade social avançou rapidamente. O tema ganhou espaço na mídia e seminários são promovidos com grande frequência. As empresas, quase sempre, fazem referência, nas suas mensagens publicitárias, ao discurso da responsabilidade social, mas pouco se discute sobre a efetividade de todas as iniciativas. Qual o percentual do gasto em ação social privada sobre o ganho das empresas? Essa participação vem crescendo? Como tem sido a evolução da inclusão de mulheres e negros no mercado de trabalho e quais posições essas pessoas ocupam na hierarquia das organizações? Até que ponto os números do balanço social confirmam essa evolução ética tão propagada?

Outro aspecto essencial que muito nos orgulha neste momento é que, depois de dez anos de experiência com balanço social, podemos dizer que o instrumento foi importante para pautar as discussões de acesso ao mundo do trabalho para pessoas com deficiência, para repensar a inserção dos negros e das negras no universo empresarial.

Foi a partir da publicação do balanço social que diversas organizações sindicais puderam fazer denúncias sobre a exploração de trabalhadores e trabalhadoras em situações análogas à escravidão. E o movimento em defesa dos direitos das mulheres utiliza, cada vez mais, os dados dessa ferramenta para denunciar a injustiça que esse segmento sofre no ambiente corporativo.

Num país onde a desigualdade social continua como um dos principais problemas, e onde a riqueza ostensiva dos conglomerados nacionais e multinacionais divide espaço com a pobreza degradante, exigir das empresas uma postura ética e responsável - com práticas efetivas e não apenas com discurso - passa, necessariamente, pela pressão da sociedade.

Tal objetivo se constitui uma tarefa complexa, principalmente porque esse tema ainda encontra resistência em vários setores da sociedade civil organizada. Apesar de tudo isso, tem sido estimulante promover o debate público a partir das análises dos balanços sociais das empresas. Para o Ibase, não se trata apenas de denunciar, mas de questionar, incluir o tema sob outra perspectiva. Esse é o nosso desafio.



João Sucupira - Economista, diretor do Ibase

QUEREMOS RESSALTAR EM QUAIS PONTOS AS EMPRESAS AVANÇARAM E EM QUE RITMO; EM QUAIS QUESTÕES NECESSITAM MELHORAR E QUAIS OS DESAFIOS ÉTICOS A SEREM ENFRENTADOS NOS PRÓXIMOS ANOS

Empresas: o imperativo da responsabilidade

Para uma organização de cidadania ativa, como o Ibase, enfrentar a questão da responsabilidade social empresarial representa um enorme desafio político e de análise. O Ibase se pauta pela edificação de uma democracia incluyente, política e, ao mesmo tempo, social, na qual todas as relações e processos devem ser democráticos, justos e sustentáveis. Ou seja, nos orientamos por uma perspectiva de sociedade em que todos os direitos humanos sejam garantidos a todos os membros desta sociedade, no respeito à diversidade, sem discriminações ou desigualdades.

Claro que, para tanto, é fundamental que se instaure, no coração da própria sociedade, uma cultura radicalmente democrática, de direitos e responsabilidades de todas e todos, fundamentada nos princípios éticos da liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação. A cidadania ativa é a garantia primeira e constituinte das sociedades democráticas. Mudanças democráticas e sustentáveis dependem, porém, necessariamente, da institucionalidade de um Estado de direitos para o conjunto da cidadania, e de uma economia também democrática, que esteja a serviço dos cidadãos e das cidadãs; provendo bens e serviços fundamentais à vida. Nesta perspectiva, até avançamos no Brasil em algumas direções, mas, definitivamente, não temos uma democracia social.

O sistema empresarial está na base do modelo de economia que possuímos e é seu grande motor. Por isso mesmo, é impossível não associar à atuação das empresas os problemas estruturais de exclusão social, pobreza, desigualdade e destruição ambiental; só para lembrar as mazelas mais evidentes desse modelo de economia. Os problemas, porém, não acabam aí: o princípio organizador dos negócios em uma economia de mercado não foi e não é a responsabilidade socioambiental. Agora, a apropriação e o uso do conceito - distorcido, não importa - de responsabilidade social empresarial pode ser um bom mote para a boa imagem pública e conquista de fatias de mercado para as empresas. Os exemplos são muitos. Então por que o Ibase se mete no meio de tal questão de alto risco?

É justamente por assumir sua responsabilidade como organização de cidadania ativa que o Ibase - uma pulga em relação ao mundo empresarial - enfrenta o desafio e o risco de estabelecer um diálogo crítico, uma vigilância cidadã e uma pressão para que empresas sejam responsáveis e, por meio de suas organizações e práticas correntes, se constituam em produtoras, também, de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

É um compromisso que buscamos entre as empresas e delas cobramos total responsabilidade sobre o seu papel na sociedade brasileira. Chegar a esse ponto implicou grande esforço do próprio Ibase, de seus idealizadores, como o Betinho, de seus atuais dirigentes e das equipes internas de ativistas e analistas sociais. Sabemos que rompemos com uma eterna desconfiança em relação às empresas, que ainda existe em nosso meio de organizações civis, e buscamos criar um novo patamar de disputa política. Sim, queremos deixar bem claro que o Ibase também disputa com as empresas o conceito e o sentido do que é ser uma organização empresarial responsável.

Perspectiva de ação

As empresas são um tipo de organização social cuja finalidade primeira e razão fundamental de existência é prover - produzir e comercializar - bens, produtos e serviços à sociedade. Para isto, elas têm acesso a pessoas e usam bens e recursos que pertencem à sociedade como um todo, antes de serem bens privados. Ou seja, é a sociedade que concede às empresas o direito de acesso e uso privado dos recursos, desde que atendam às finalidades últimas de seu uso. Esse elemento - o direito privado - muitas vezes obscurece e, normalmente, inverte o próprio sentido e a razão de ser das empresas entre nós. Para ser claro, é evidente que as sociedades concedem às empresas o direito do lucro - a apropriação dos excedentes - desde que elas satisfaçam responsabilmente o fim para que lhes foi concedido tal direito: produzir bens, produtos e serviços para a satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade. Mas, concretamente, qual a empresa em nosso meio que não estabelece como objetivo primeiro o seu lucro a qualquer custo?

PARA NÓS, DO IBASE, AS EMPRESAS NÃO TÊM ESCOLHA EM SER OU NÃO SER RESPONSÁVEIS. O QUE ELAS PODEM E DEVEM ESCOLHER É O MODO DE EXERCER A SUA NECESSÁRIA RESPONSABILIDADE

O problema da responsabilidade social das empresas começa aí mesmo, na prioridade acordada à produção de bens e serviços ou aos lucros. Por exemplo, pode ser responsável uma empresa que produz tabaco ou armas? Ou ainda, será que merece ser responsável a empresa que, em busca somente de lucro, produz bens de qualidade duvidosa, adulterados ou explorando crianças? Mas tem mais. Não dá, de maneira nenhuma, para considerar responsável a empresa que mantém relações de trabalho degradante em seu seio. Nem é responsável a empresa que discrimina racialmente, que não busca a equidade de gênero, que não se esforça para o bem viver de todas e todos que, pelo seu trabalho, lhe dão vida como organização social. Será responsável a empresa que corrompe? E como tratar a empresa que considera o patrimônio natural uma externalidade, algo a explorar e destruir, sem ser sua responsabilidade? Enfim, a irresponsabilidade é uma característica mais abrangente do que o seu contrário. Basta abrir os olhos e ver. Basta verificar os dados e informações desta publicação. O problema da exclusão social, da desigualdade, da destruição ambiental e muitos outros têm raízes profundas nas práticas empresariais que conhecemos.

Para nós, do Ibase, as empresas não têm escolha em ser ou não ser responsáveis. O que elas podem e devem escolher é o modo de exercer a sua necessária responsabilidade. E isso está longe das boas ações maquiadoras de cunho filantrópico. A filantropia não é responsabilidade social empresarial, é apenas uma boa e louvável ação, muitas vezes necessária em uma sociedade de emergências como a que vivemos.

Responsabilidade empresarial é reconhecer o caráter de patrimônio insubstituível das empresas como base da economia de uma sociedade que busca ser democrática, que valoriza sua cidadania e usa de forma sustentável a natureza, sem comprometer gerações futuras. O saber fazer empresarial - organizar e fazer funcionar uma empresa supõe enorme criatividade, ousadia e base científica e técnica, não desperdiçando recursos humanos, materiais e econômicos, para não levar à destruição da própria empresa como organização da sociedade - é um enorme bem social. Que tal empresa seja capitalista, também, não é desculpa para praticar a irresponsabilidade.

Reafirmamos e repetimos: as empresas, para gozarem de direitos, devem ser responsáveis produtoras e distribuidoras de bens, produtos e serviços de que necessitam a sociedade. Não dá para fugir desse parâmetro. Somos loucos e sonhadores? Talvez sim, mas como constituir uma economia a serviço da democracia social, da sustentabilidade e de todos os homens e todas as mulheres do planeta?

Um ponto especial na prática da responsabilidade empresarial, na sua publicização (tornar público não é necessariamente estatizar) por assim

dizer, é a questão da informação. O negócio intramuros precisa não temer em se abrir para a sociedade, para a cidadania. Ou, melhor dito, é um dever das empresas prestar contas de seus negócios. Ser transparentes. A responsabilidade social empresarial não acaba na legalidade, no cumprimento das leis. Muito do negócio legal é totalmente ilegítimo e indigno do ponto de vista democrático e ambiental, do ponto de vista da vida.

Por isso, é fundamental considerar como exercício de responsabilidade empresarial o fornecimento de informação relevante, acessível e exigível por trabalhadores e trabalhadoras, comunidade onde atua, investidores e governo. Nesse simples compromisso reside a atitude fundamental que demarca o terreno entre responsabilidade e irresponsabilidade no comando dos negócios de uma empresa. É difícil? Sem dúvida! Mas como ter direitos sem uma contrapartida de responsabilidades? Como ser ético sem ter transparência e participação?

Sabemos que as questões levantadas e os dados apresentados neste livro são apenas um esboço da complexidade e dos problemas que ainda teremos que resolver nas pontes e diálogos que o Ibase sempre estabeleceu - e seguirá estabelecendo - com as empresas, particularmente com um grupo mais aberto de empresários, suas organizações representativas e pessoas com poder de influir no rumo das companhias privadas e estatais.

Acreditamos verdadeiramente que não avançaremos se não pusermos as cartas na mesa e enfrentarmos, com coragem, nossas diferenças e até nossas divergências. Afinal, temos a certeza de que a organização que se abre a tal diálogo difícil e arriscado - tanto no meio empresarial como no seio da sociedade civil organizada - é porque se orienta por uma ética comum, de trabalho conjunto por uma sociedade mais democrática, justa e sustentável. Até aqui a aventura, do ponto de vista do Ibase, apesar das críticas, está valendo a pena nestes 10 anos.



Cândido Grzybowski - Sociólogo, diretor do Ibase

CAPÍTULO

1

*A história do
Balanço Social*

Desde o início do século XX registram-se manifestações a favor de ações sociais por parte de empresas. Contudo, foi somente a partir da década de 1960, nos Estados Unidos da América, e no início da década de 1970, na Europa - particularmente na França, Alemanha e Inglaterra -, que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas e consolidou-se a própria necessidade de divulgação de relatórios e balanços sociais anuais.

A idéia de responsabilidade social das empresas popularizou-se, na década de 1970, na Europa. E foi a partir desta idéia que, em 1971, a companhia alemã Steag produziu uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais. Porém, o que pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais propriamente dito surgiu na França, em 1972: foi o ano em que a empresa Singer fez o, assim chamado, primeiro balanço social da história das empresas.

No Brasil, os ventos dessa mudança de mentalidade empresarial são notados na “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” desde a sua publicação, em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil) e, no fim da década de 1970, percebemos as primeiras sementes da discussão sobre a ação social de empresas e a utilização de balanço social. Era um momento da história brasileira, em plena ditadura militar, em que falar sobre transparência e participação suscitava mais medo e rejeição do que adesões no meio empresarial.

Na década de 1980, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) chegou a elaborar um modelo. Porém, só a partir do início da década de 1990 algumas poucas empresas passaram a levar a sério esta questão e divulgar, sistematicamente, em balanços e relatórios sociais, as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários(as).

O balanço social da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, realizado em 1984, é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero, que assume o nome de Balanço Social. No mesmo período, estava sendo realizado o BS do Sistema Telebrás, publicado em meados dessa década. O

Banespa publicou o seu em 1992, compondo a lista das empresas precursoras em BS no Brasil.

A década de 1990 marcou o período do surgimento e da consolidação de diversas organizações que se institucionalizaram para promover o tema da responsabilidade social empresarial. Foi quando o amadurecimento da idéia de “responsabilidade social das empresas” e da necessidade de realização e publicação de balanço social anual na cultura das organizações empresariais brasileiras sofreu diversas influências nacionais e internacionais.

Entre os principais fatores que contribuíram para sua consolidação estão: a pressão por parte das agências internacionais; as campanhas de várias instituições de preservação da natureza para que as empresas privadas e públicas reduzissem o impacto ambiental; a Constituição de 1988 - que representou um grande avanço tanto em questões sociais como ambientais -; o exemplo de programas educacionais, esportivos e de apoio cultural realizados por grandes empresas multinacionais; e, por último, mas não menos importante, a atuação de grandes empresas públicas nacionais.

Nessa época, houve, também, uma conjunção de interesses pessoais de alguns empresários, Estado e sociedade em virtude da crescente cobrança por parte da sociedade civil organizada e de grandes investidores e fornecedores, que buscavam novas práticas corporativas globais. Há uma grande disputa por novos modelos de desenvolvimento, produção e consumo; pressão pela saída do Estado de setores tradicionais de atuação e regulação; e reafirmação dos valores liberais e de mercado.

Como resposta, diversas empresas passaram a divulgar seus chamados relatórios ou balanços sociais anuais - alguns contendo descrições puramente meritórias sobre as ações realizadas para a comunidade, meio ambiente e em relação aos funcionários e às funcionárias. Inicialmente, os relatórios aparecem sob a forma de documentos internos e, em um segundo momento, são divulgados nos meios de comunicação e na própria publicidade corporativa. Todavia, ainda não existia nenhuma forma de padronização ou modelo mínimo comum adotado pelas empresas no Brasil.

Nasce o modelo

Desde a década de 1980, o sociólogo Herbet de Souza (Betinho) começa a ter contato com empresários(as) dispostos(as) a fazer doações e apoiar campanhas sociais, como a luta contra a Aids e ações em favor de crianças e adolescentes. São bons exemplos dessa interação a criação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia, fundada em 1987) e a campanha *Se Essa Rua Fosse Minha*, lançada em 1991.

Contudo, no primeiro momento, a participação desses(as) empresários(as) envolvia um caráter muito mais filantrópico do que propriamente um questionamento sobre as práticas internas e externas e os princípios das empresas que se aventuravam nestas discussões e iniciativas.

A partir de 1993, a *Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida* - conhecida como Campanha contra a Fome -, criada por Betinho e desenvolvida pelo Ibase, tornou-se uma referência nacional. Essa ação foi determinante para o nascimento do modelo de balanço social, pois promoveu, além de parceria e diálogo, a aproximação de parte do setor empresarial de um relevante e urgente problema social brasileiro: a fome.

O movimento de combate à fome, na fase de maior intensidade (1993 a 1995), mobilizou diversas empresas públicas e privadas em todo o país. As primeiras organizações empresariais privadas a aproximarem-se de maneira institucional da *Ação da Cidadania* foram Fundação Abrinq, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Desde o seu início, essa campanha contou com uma ampla participação de empresas estatais como Petrobras, Banco do Brasil, Furnas Centrais Elétricas e Caixa Econômica Federal.

Foi essa experiência do Ibase que gerou e fortaleceu a idéia de que uma ação social e ambiental mais efetiva por parte das empresas públicas e, principalmente, das empresas privadas - realizada de maneira independente, mas jamais se opondo às ações do Estado - era não só desejável como deveria ser incentivada em nossa sociedade.

A questão da responsabilidade social das empresas e da publicação anual do balanço social ganhou destaque na mídia e uma intensa visibilidade nacional quando Betinho escreveu o artigo “Empresa pública e cidadã” (ver anexo), em março de 1997. Esse texto desencadeou um amplo debate nos principais jornais do país. A partir dessa discussão e da grande repercussão nacional do tema, o Ibase lançou, em 16 de junho de 1997, uma campanha pela divulgação anual do balanço social das empresas, trazendo a mensagem de que esse seria o “primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa cidadã”.

A PARTIR DE 1997, A QUESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS E DA PUBLICAÇÃO ANUAL DO BALANÇO SOCIAL GANHOU DESTAQUE NA MÍDIA

O primeiro modelo de balanço social apresentado foi desenvolvido pelo Ibase, no primeiro semestre de 1997, em parceria com técnicos(as), pesquisadores e pesquisadoras e representantes de instituições públicas e privadas. A estratégia adotada por Betinho e a equipe do Ibase foi a de criar um modelo básico, mínimo e inicial, construído à base do consenso e que pudesse ser lançado rapidamente.

QUESTÃO RACIAL

O primeiro formulário do balanço social modelo Ibase seguiu para a gráfica contendo os itens “número de negros que trabalham na empresa” e “percentual de cargos de chefia ocupados por negros”. Foi algo que gerou muita discussão. Quando alguns empresários envolvidos nas discussões declararam que não utilizariam o modelo por conta dessas informações e suspenderiam o apoio à campanha, Betinho convenceu o grupo a retirar, ainda que provisoriamente, os itens do modelo inicial.

No primeiro momento, a campanha pelo balanço social contou também com o apoio e a recomendação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)¹, por meio de uma instrução normativa, segundo a qual as empresas de capital aberto deveriam realizar, anualmente, balanço social no modelo sugerido pelo Ibase.

O lançamento da campanha pela publicação do Balanço Social deu-se no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro. O objetivo principal foi “chamar a atenção dos empresários e de toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização anual do balanço social em um modelo único e simples”.

A partir desse momento, o Ibase passou a trabalhar de maneira mais ostensiva com temas relacionados ao balanço social e à responsabilidade e transparência das empresas; foram realizados seminários, pesquisas, palestras e cursos. Algumas poucas obras acadêmicas e livros surgiram durante

¹Autarquia do Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização das atividades das empresas nas bolsas de valores.

esse período. Ao mesmo tempo, muitas empresas começaram a desenvolver, de maneira mais sistemática, ações sociais e ambientais concretas e passaram a divulgar anualmente seus balanços sociais.

Ainda em 1997, como outro exemplo concreto dos desdobramentos dessa campanha, algumas grandes empresas realizaram seus balanços sociais anuais. Foram elas: Inepar S/A Indústria e Construções, Usiminas, Companhia Energética de Brasília (CEB) e Light.

Nos primeiros anos, a campanha conseguiu apoios e parcerias muito importantes. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por exemplo, recomendou a realização de balanço social seguindo o modelo Ibase a todas as empresas do setor. A Câmara Municipal de São Paulo criou um selo que sugeria o modelo Ibase, exemplo seguido por diversas casas legislativas estaduais e municipais. As parcerias realizadas com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o Serviço Social da Indústria - Sesi Nacional, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) e a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), o jornal Gazeta Mercantil, além de algumas universidades, também foram importantes e estratégicas para a divulgação do modelo entre as empresas brasileiras.

Foi a partir dessas parcerias e eventos que a realização anual de relatórios sociais e ambientais passou a ter grande aceitação, regularidade e disseminação no empresariado nacional. Os chamados balanços sociais anuais passaram a fazer parte da realidade de um número cada vez maior de corporações, tornando o modelo Ibase a metodologia mais utilizada e a principal referência quando se trata de relatórios socioambientais realizados e publicados por empresas no Brasil.

“

“Nós utilizamos o modelo Ibase como uma das referências em todas as nossas pesquisas e monitoramento de empresas que realizamos nos últimos anos”

Representante de organização de consumidores(as)

”

CAPÍTULO

2

*A consolidação
do modelo*

Nos últimos anos, o balanço social modelo Ibase tornou-se a principal ferramenta por meio da qual as empresas são estimuladas a conhecer, sistematizar e apresentar à sociedade informações sobre seus investimentos internos e externos em ações, iniciativas e projetos relacionados com o social e o ambiental. Em dez anos de existência, o modelo passou por duas revisões e as alterações realizadas envolveram dezenas de consultores(as), organizações sociais, sindicatos, consultores e empresas.

O objetivo principal de um modelo único de balanço social - de somente uma página - é fazer com que o documento permita comparabilidade e também não perca suas principais características: a simplicidade e o fácil entendimento. O modelo Ibase constitui-se de uma planilha composta prioritariamente por indicadores quantitativos referentes às informações e aos dados sobre investimentos financeiros, sociais e ambientais. Significa que a organização que adota esse tipo de balanço anual passa a ter, em uma única ferramenta de gestão, um grupo de informações sistematizadas que são divulgadas a seus públicos de interesse e para a sociedade em geral.

Algumas dessas informações são facilmente coletáveis no sistema contábil e de gestão de pessoal da própria companhia. Outras, como as de diversidade ou de estabelecimento de metas, envolvem mudanças nas práticas e na gestão da empresa.

Dados e informações mais abrangentes sobre como a empresa gera suas ações sociais são solicitados por meio de alguns indicadores qualitativos, que representam a profundidade e o processo em algumas das ações internas e externas. O Ibase recomenda aos(às) usuários(as) do modelo que informações complementares, numéricas e/ou descritivas sejam detalhadas no item “Outras informações”.

DADOS E INFORMAÇÕES MAIS ABRANGENTES SOBRE COMO A EMPRESA GERA SUAS AÇÕES SOCIAIS SÃO SOLICITADOS POR MEIO DE ALGUNS INDICADORES QUALITATIVOS

O modelo do Ibase é, essencialmente, um instrumento de prestação de contas e transparência: a empresa, ao divulgá-lo, deve fazê-lo como forma de apresentar periodicamente à sociedade suas ações e sua evolução no tratamento de temas relevantes ao contexto socioambiental brasileiro: educação, saúde, preservação do meio-ambiente, contribuições para a melhoria da qualidade de vida e de trabalho de funcionários e funcionárias, valorização da diversidade, desenvolvimento de projetos comunitários, combate à fome e criação de postos de trabalho.

O Instituto não sugere protocolos para levantamento de dados e não exige que as informações apresentadas sejam auditadas. Os auditores desse documento devem ser a sociedade, o cidadão e a cidadã que, direta ou indiretamente, são afetados pela operação da empresa. Neste sentido, a elaboração de forma participativa, a publicação em jornais, revistas e internet e a ampla divulgação entre trabalhadores e trabalhadoras, sindicatos e organizações sociais fazem parte da metodologia e são fundamentais para construir e efetivar um controle social sobre as empresas no Brasil.

A estrutura do modelo

O balanço social da empresa, elaborado segundo a metodologia do Ibase, apresenta dados e informações de dois exercícios anuais por meio de uma tabela bastante simples e direta, que deve ser publicada e amplamente divulgada. O modelo atual é composto por 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, organizados em sete categorias ou partes descritas a seguir.

1. Base de cálculo// Como o próprio nome já diz, são as três informações financeiras - receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta - que servem de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dos dados apresentados, informando o impacto dos investimentos nas contas da empresa, além de permitir a comparação entre empresas e setores ao longo dos anos.

2. Indicadores sociais internos // Nesta parte do balanço são apresentados todos os investimentos internos, obrigatórios e voluntários, que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros).

3. Indicadores sociais externos // Aqui aparecem os investimentos voluntários da empresa, cujo público-alvo é a sociedade em geral (projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros). São as ações sociais privadas realizadas por empresas visando à sociedade ou à alguma comunidade externa relacionada, direta ou indiretamente, com os objetivos ou interesses das corporações.

4. Indicadores ambientais // São apresentados os investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais e também aqueles que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental. Também são solicitados investimentos em projetos e ações que não estão relacionadas com a operação da companhia e um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais de ecoeficiência.

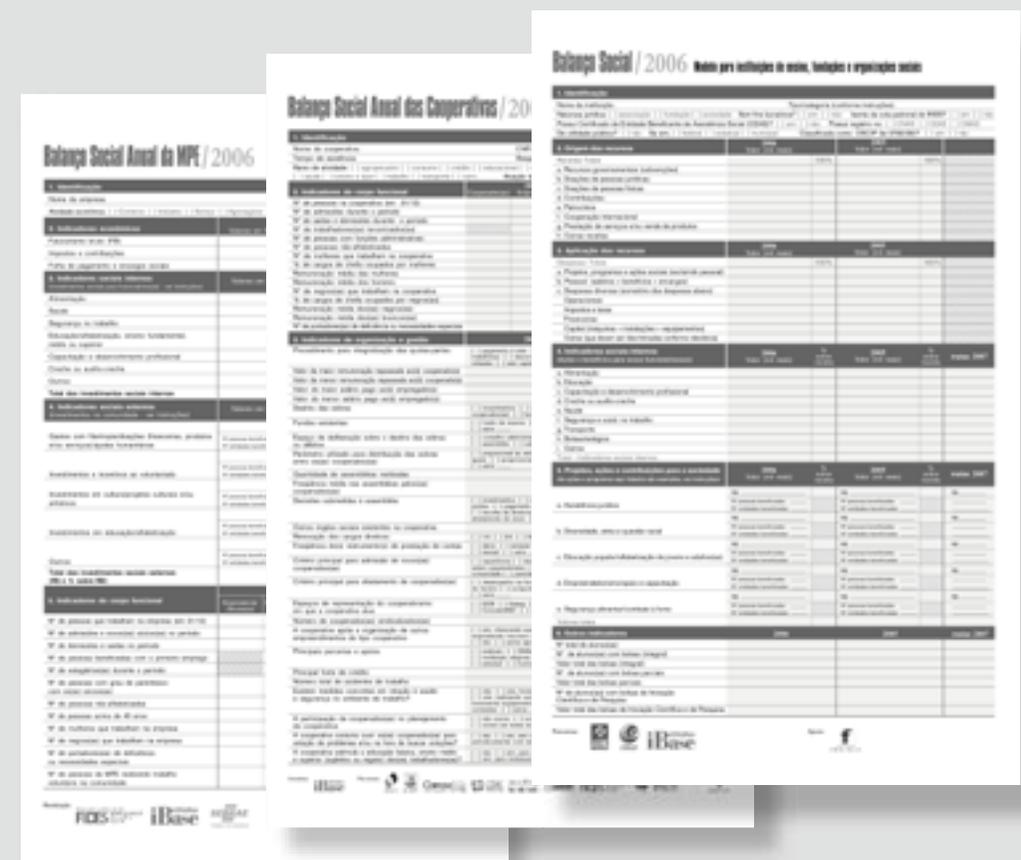
5. Indicadores do corpo funcional // Nesta parte do balanço aparecem as informações que identificam de que forma se dá o relacionamento da empresa com seu público interno no que concerne à criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários(as), valorização da diversidade - negros(as), mulheres, faixa etária e pessoas com deficiência - e participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa (mulheres e negros).

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial // O termo utilizado nesta parte do modelo - “cidadania empresarial” - refere-se a uma série de ações relacionadas aos públicos que interagem com a empresa, com grande ênfase no público interno. Em sua maioria, são indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição dos benefícios. Também aparecem nesta parte do balanço algumas das diretrizes e dos processos desenvolvidos na empresa que estão relacionados às políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa.

7. Outras informações // Este espaço é reservado e amplamente utilizado pelas empresas para divulgar outras informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais. As empresas que solicitam o “Selo Balanço Social Ibase/Betinho” devem apresentar suas declarações de não-utilização de mão-de-obra infantil ou de trabalho análogo ao escravo ou degradante; seu não-envolvimento com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente; seu não-envolvimento com corrupção; e seu compromisso com a valorização e o respeito à diversidade. Devem, também, apresentar sua identificação e classificação, informar sua identificação - razão social e CNPJ -, além de nome, telefone e correio eletrônico da pessoa responsável pelas informações.

OUTROS MODELOS

O Ibase oferece outros três modelos de balanço social: para micro e pequenas empresas, para cooperativas e para instituições de ensino, fundações e organizações sociais, disponíveis no *site* <www.balancosocial.org.br>



LINHA DO TEMPO



Lançamento da campanha.

Lançamento do site
<www.balancosocial.org.br>

Estabelecimento de cota mínima para PCDs. Por causa disso, houve redução do número de selos conferidos.

Lançamento do "Selo Balanço Social Ibase/Betinho".

Primeira revisão. O modelo traz mais subitens sobre os indicadores sociais internos e externos, separa os indicadores ambientais e reinsere as questões polêmicas nos indicadores do corpo funcional: nº de negros(as) que trabalham na empresa e percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as). A revisão inclui ao modelo o item 6 – informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

Segunda revisão. Respondendo a demandas de organizações parceiras, foram incluídos itens sobre:
i) estabelecimento de metas para redução dos impactos ambientais;
ii) nº de estagiários(as);
iii) nº de reclamações de clientes e percentual solucionado; e
iv) valor adicionado e sua distribuição.
Estabelecimento dos primeiros critérios para recebimento do "Selo Balanço Social/Ibase Betinho".

Criação do banco de dados no site <www.balancosocial.org.br>, disponibilizando todos os balanços sociais publicados para consulta.

Pela primeira vez, as empresas solicitantes do selo são submetidas ao crivo da sociedade civil por meio de consulta pública.



CAPÍTULO

3

Análise dos balanços

OIbase criou uma base de dados para armazenar e disponibilizar as informações dos balanços sociais publicados pelas empresas que elaboram seus relatórios socioambientais no modelo sugerido pela instituição.

Os balanços sociais são disponibilizados integralmente por meio do *site* <www.balancosocial.org.br> e podem ser acessados por “nome de empresa” e “ano”. Os dados coletados e armazenados pelo Ibase nos últimos anos são de utilidade pública e estão disponíveis para o conhecimento e a utilização por parte da sociedade.

Professores(as), pesquisadores(as), analistas de mercado, representantes de empresas, organizações sociais e estudantes consultam regularmente esse *site* e a base de dados, que contém, atualmente, 1.288 balanços de 345 empresas. A lista nominal completa de todas as companhias que compõem a base de dados e, também, representa o universo das informações aqui apresentadas, está disponível nos anexos desta publicação.

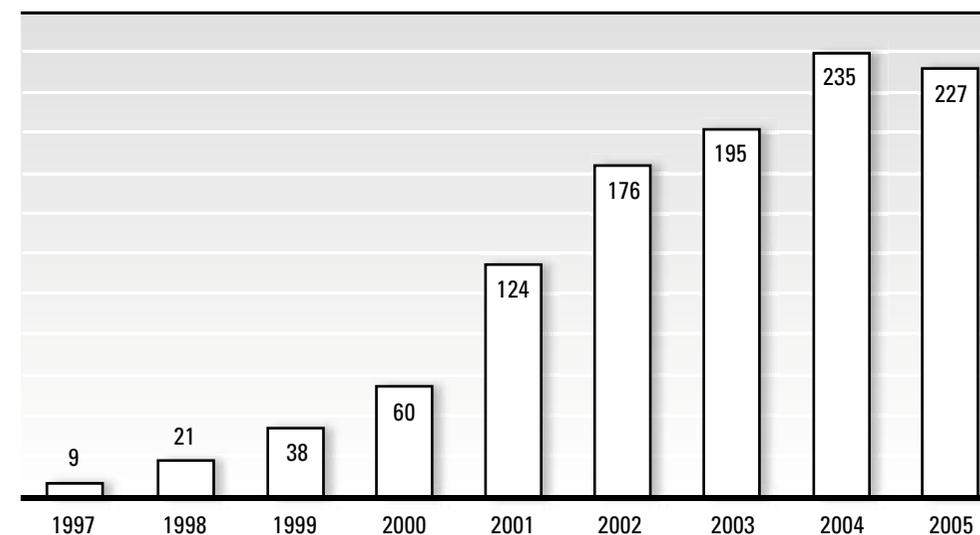
Com o intuito de acompanhar as informações dos balanços sociais, o Ibase desenvolveu o Sistema de Indicadores Socioambientais do Balanço Social (SIS/BS), que utiliza essa mesma base de dados. Nesse sistema, são gerados indicadores com o objetivo de apoiar as análises, publicações, campanhas e ações políticas estratégicas realizadas pelo Ibase relacionadas à discussão sobre ética, transparência, responsabilidade e controle social sobre as empresas que atuam em nosso país.

Contudo, cabe ressaltar que essa relação é bastante dinâmica e conta com atualizações e acréscimos regulares. A partir deste primeiro livro contendo informações inéditas sobre o tema, a equipe Ibase fará atualizações regulares desta publicação. Nossa proposta é gerar uma série histórica de dados, informações e análises que possam servir de fonte para toda a sociedade acompanhar, anualmente, os avanços ou retrocessos dos investimentos sociais privados, das ações internas e dos impactos das empresas que atuam no Brasil e prestam informações sociais e ambientais.

O número de balanços sociais publicados vem se ampliando ano a ano, como nos mostra o **gráfico 1**. De fato, somente quatro empresas publica-

ram seus balanços durante o ano de 1997, contudo outras cinco empresas publicaram balanços com informações retroativas no ano seguinte ao lançamento do modelo.

Gráfico 1 – Balanços Sociais publicados por ano de publicação



Fonte: Sistema de Indicadores do Balanço Social Ibase – SIS/BS Ibase 2007.¹

A expansão do número de empresas com balanço social nos últimos anos é um dos indicadores da relevância do tema e da ampliação do interesse no tema e nos apresenta, também, o aumento da prática anual das companhias em publicar e disponibilizar seus dados e informações por meio desse instrumento. Já a variação do número de selos concedidos anualmente deve ser entendida sob outra lógica, como veremos no Capítulo 4.

¹ Todas os gráficos apresentados têm como fonte o Sistema de Indicadores Socioambientais do Balanço Social Ibase - (SIS/BS) Ibase 2007 e mostram os dados referentes aos anos de publicação.

O intervalo entre a realização dos balanços, sua publicação e a verificação e sistematização dos dados e das análises por parte do Ibase deve-se a alguns motivos importantes e necessários para a correta leitura das informações contidas nesta publicação.

Os balanços revelam informações de dois exercícios anuais anteriores. Durante 2007, por exemplo, foram realizados e publicados os balanços com informações ano-base 2006/2005. Ao longo de 2008, muitas empresas ainda realizavam seus BSs ano-base 2007/2006. Como esses balanços - que são publicados ao longo de todo o ano, sem nenhuma obrigatoriedade ou regularidade de data - interferem no resultado final de todos os nossos cálculos e estatísticas, faz-se sempre necessário um intervalo mínimo de dois anos para a análise de dados já consolidados. Assim sendo, uma parte deste trabalho utiliza os balanços publicados desde 1997 até 2005. Porém, em outras, nosso público leitor somente encontrará informações de balanços publicados no período de 2001 a 2005 (ano-base 2000/2004) para o cálculo dos valores, das médias e dos percentuais apresentados, que embasam nossas análises e conclusões sobre números que não mais sofrerão alterações.

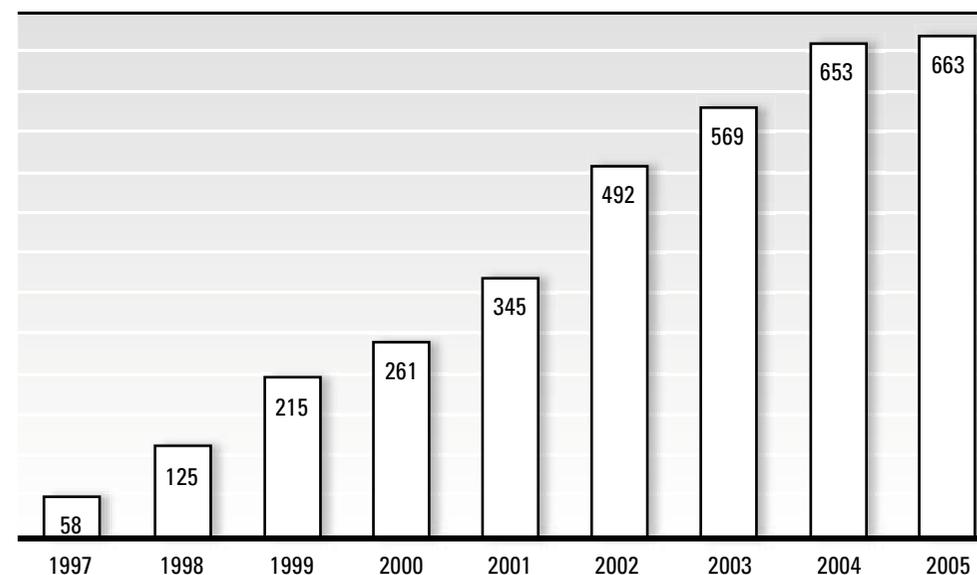
1. Tamanho e representatividade das empresas que utilizam o modelo Ibase

O total das receitas líquidas por ano - número que serve de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dos dados aqui apresentados - nos permite avaliar o crescimento anual da representatividade e importância econômica das empresas que utilizam nosso modelo de balanço social. Os gráficos a seguir nos fornecem uma visão desse crescimento.

As receitas totais apresentam também uma tendência de pouca alteração nos dois últimos períodos - assim como o número de balanços publicados -, o que poderia sinalizar uma certa estabilização no chamado "movimento" pela publicação de balanços sociais. Certamente, os próximos períodos serão determinantes para apontar mais claramente os reais sinais e a consolidação ou não dessa tendência.

O UNIVERSO DAS EMPRESAS QUE FAZEM O BALANÇO SOCIAL MODELO IBASE TEM UM TOTAL DE RECEITAS DA ORDEM DE R\$ 667 MILHÕES GERA 1,7 MILHÃO DE POSTOS DE TRABALHO.

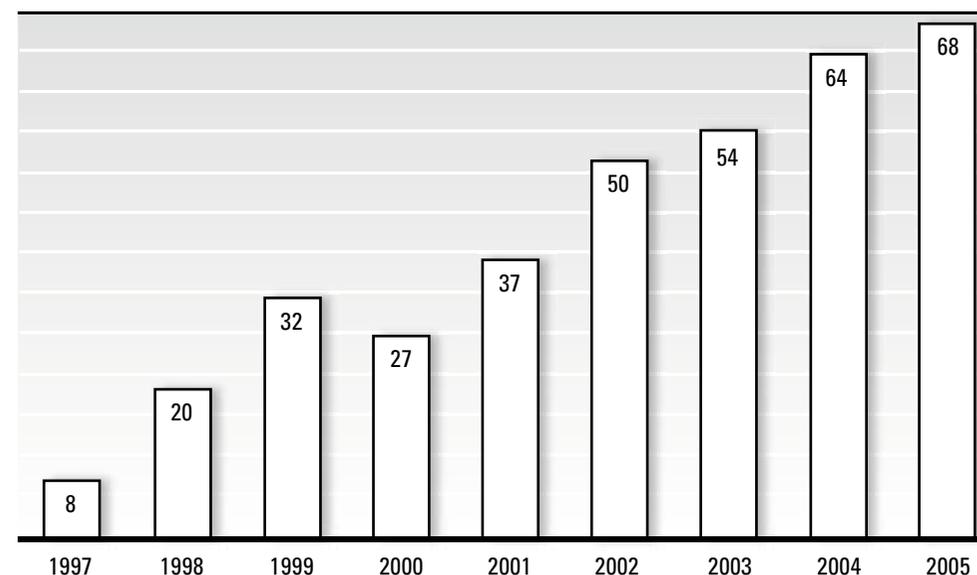
Gráfico 2 – Receitas totais líquidas por ano de publicação (em bilhões de reais)



O crescimento anual da folha de pagamento e o total de pessoas empregadas confirmam a relevância socioeconômica e a capilaridade das empresas que utilizam o modelo Ibase.

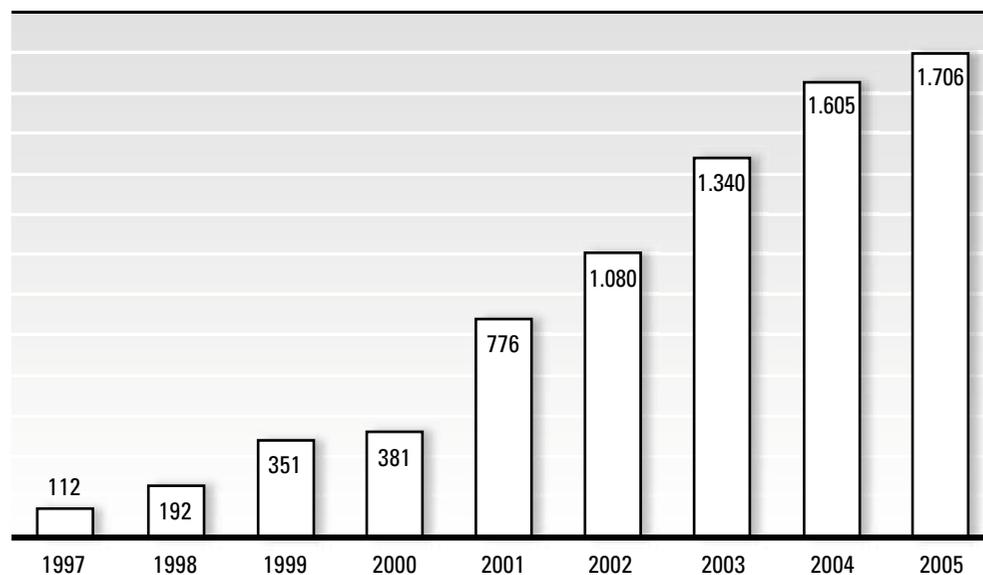
Estes números podem ser conferidos a seguir, no gráfico 3.

Gráfico 3 – Total das folhas de pagamento brutas por ano de publicação (em bilhões de reais)



O total de postos de trabalho nas empresas que publicam balanço social anualmente também confirma a importância desses *players* no cenário político e econômico nacional. Esse número passou de 112 mil, em 1997, para 1 milhão 706 mil pessoas empregadas, segundo os dados dos balanços publicados em 2005.

Gráfico 4 – Total de pessoas empregadas por ano de publicação (em milhares de postos de trabalho)



Somente para ilustrar e balizar os números ora apresentados - ao arpejo de qualquer metodologia dos cálculos macroeconômicos e de geração de emprego e renda -, cabe lembrar que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é de R\$ 2,3 trilhões (IBGE, 2007). Também devemos ter em mente os números do Cadastro Central de Empresas do IBGE, segundo o qual o total de pessoas assalariadas em nosso país era de 32,5 milhões em 2001.

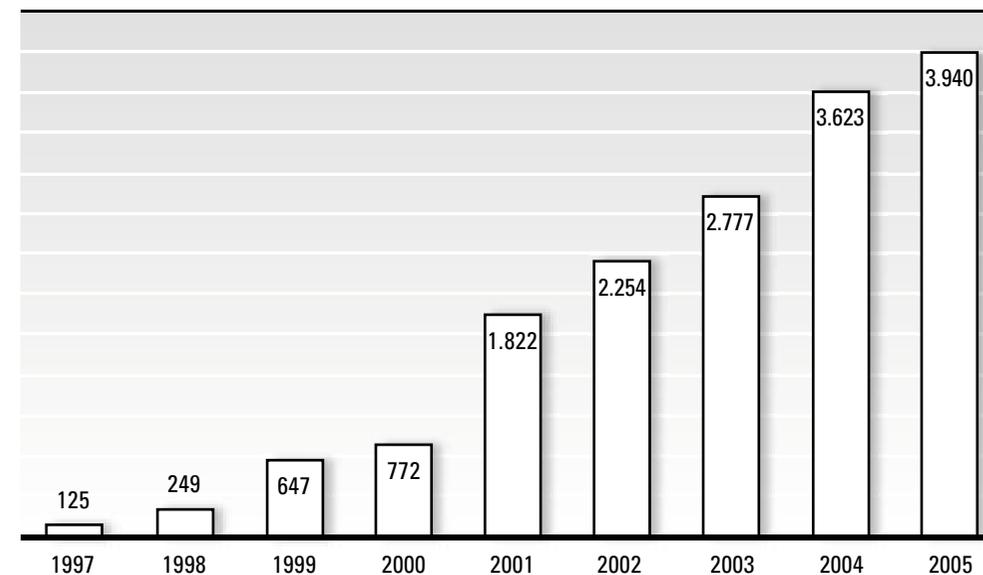
Se considerarmos esses números como referência e parâmetro de grandeza para pensar o universo de empresas com balanço social no Brasil (conjunto que não abrange as micro e pequenas empresas, que são as principais empregadoras brasileiras), podemos perceber que um total de receitas da ordem de R\$ 667 milhões advindas de empresas que geram 1,7 milhão de postos de trabalhos - que somados aos cerca de 700 mil terceirizados, perfazem 2,4 milhões de pessoas - realmente não são nem um pouco desprezíveis. Esses valores nos dão a dimensão de poder, influência e impactos possíveis e concretos, tanto positivos como negativos, que as companhias aqui analisadas possuem sobre a vida, a economia e o meio-ambiente em nosso país.

2. Ações sociais e investimentos voltados para as pessoas que trabalham nas empresas

Nos indicadores sociais internos dos balanços publicados são apresentados todos os investimentos voltados para a própria empresa, tanto aqueles voluntários como os obrigatórios. A partir da análise do conjunto dessas informações, podemos obter alguns indícios de como são tratadas e valorizadas (ou não) as pessoas dentro das companhias que utilizam a ferramenta do Ibase.

O gráfico 5 apresenta os investimentos realizados em benefício dos funcionários e das funcionárias ao longo dos últimos anos. Ainda que sejam valores médios, que agregam diversos tipos de investimentos anuais por pessoa num intervalo que pode variar de R\$ 1.000 até R\$ 80.000, nitidamente percebe-se uma tendência de ampliação desses investimentos internos nos últimos anos.

Gráfico 5 – Investimentos sociais internos por empregado(a) – excluindo encargos sociais (em milhões de reais)

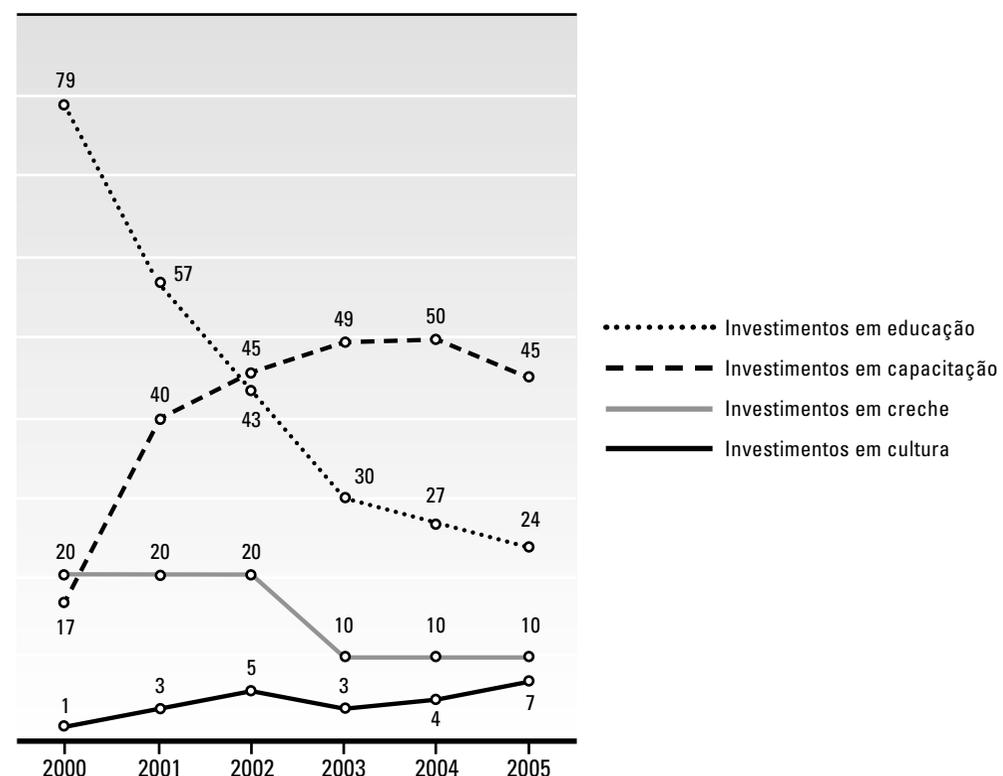


A partir de um olhar sobre o gráfico 5, observamos que os valores médios dos investimentos sociais internos anuais por empregado(a) - em reais e em valores atualizados -, excluídos todos os encargos sociais compulsórios, têm aumentado significativamente nos últimos anos. Cabe destacar, também, que, com pequenas variações ano a ano, as empresas concentram suas ações sociais internas em alimentação (cerca de 25% dos investimentos internos)

e saúde (20%). Investir na alimentação e saúde de funcionários e funcionárias é uma iniciativa importante e louvável. Todavia, configura-se um tanto básico afirmar, até mesmo por conta de garantias legais nacionais e internacionais, que as empresas que publicam BS no Brasil proporcionam uma vida minimamente saudável para seu corpo funcional. Não deveria mesmo ser diferente.

Contudo, o que nos chamou muito a atenção foram as variações para menos e a pouca importância dada a alguns investimentos não-obrigatórios, mas que são recorrentemente valorizados nos discursos da maioria das empresas. Particularmente, os investimentos em educação (em geral) e em capacitação (formação para o trabalho) são exemplos bastante ilustrativos. Esses sempre aparecem com destaque quando representantes de empresas falam sobre a importância da valorização das pessoas no ambiente de trabalho. Porém, para além das palavras, tais gastos representam uma pequena parte dos investimentos anuais voltados para as empresas analisadas. Alguns vêm diminuindo nos últimos anos, como pode ser observado a seguir.

Gráfico 6 – Investimentos sociais internos – média anual por funcionário(a) a cada R\$ 1.000 investidos



Os investimentos em educação nos chamam a atenção pela queda abrupta nos últimos anos. Em 2000, de cada R\$ 1.000 reais investidos internamente por funcionários(as), R\$ 79 foram gastos em educação. Já em 2005, esses valores (atualizados) caíram para R\$ 24. O gráfico 6 também nos mostra que os últimos períodos apresentaram uma queda nos investimentos em capacitação direta para o trabalho. Podemos notar que os investimentos em cultura subiram nos últimos anos, porém, continuam inexpressivos.

Outra informação bastante alarmante está relacionada com os investimentos em creche. Apesar dos balanços sociais anuais revelarem uma elevação no percentual de mulheres no corpo funcional do conjunto de empresas aqui analisadas (ver tópico 5 - Indicadores do corpo funcional), os investimentos médios em creche ou auxílio-creche caíram pela metade de 2002 para 2003 e permaneceram no patamar de R\$10 *per capita* nos últimos períodos. Esses números nos levam a algumas reflexões: em quais condições de trabalho encontram-se essas mulheres que possuem filhos? E qual será a situação nas empresas que nem sequer dão transparência e visibilidade às suas informações sociais internas?

3. Investimentos externos e ações para a comunidade

Nos indicadores sociais externos aparecem os investimentos voluntários da empresa nos quais a sociedade é o público-alvo principal. Esses apresentam a ação social privada realizada pelas empresas visando às comunidades externas. São ações que geralmente relacionam-se, direta ou indiretamente, com os objetivos ou com algum interesse dessas corporações, no curto, médio e longo prazos.

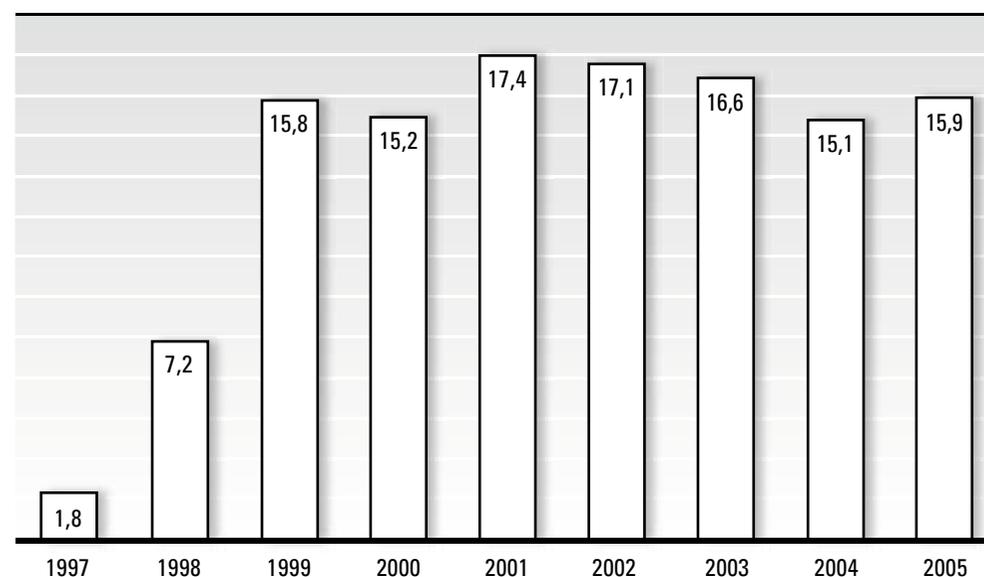
Os valores médios dos investimentos sociais externos (atualizados pelo IPCA² do IBGE, como todos os valores desta publicação) realizados anualmente por empresas que publicam balanço (excluindo-se qualquer forma de impostos, taxas ou obrigações) ampliaram-se consideravelmente nos primeiros dois anos e, depois, mantiveram-se bastante estáveis. Com poucas variações, esses valores não apresentam reduções ou ampliações consideráveis nos últimos anos. Podemos observar, como exemplo, que 1999 e 2005 apresentam praticamente o mesmo valor médio de investimento social

² Índice oficial do governo federal para medição das metas inflacionárias, acordadas com o Fundo Monetário Internacional, a partir de julho de 1999.

externo por empresa: R\$ 16 milhões anuais. Nota-se também que, de 2001 a 2003, os investimentos na casa dos R\$ 17 milhões configuram o período com maiores investimentos. Os períodos seguintes nos apontarão se esta tendência seguirá ou não.

A GRANDE QUESTÃO A SER RESPONDIDA É SE ESSES INVESTIMENTOS SÃO REPRESENTATIVOS E SE POSSUEM RESULTADOS SOCIAIS POSITIVOS COMPATÍVEIS COM O PODER, O IMPACTO E AS RESPONSABILIDADES DESSAS EMPRESAS COM A SOCIEDADE

Gráfico 7 – Investimentos sociais externos por empresa por ano (em milhões de reais)

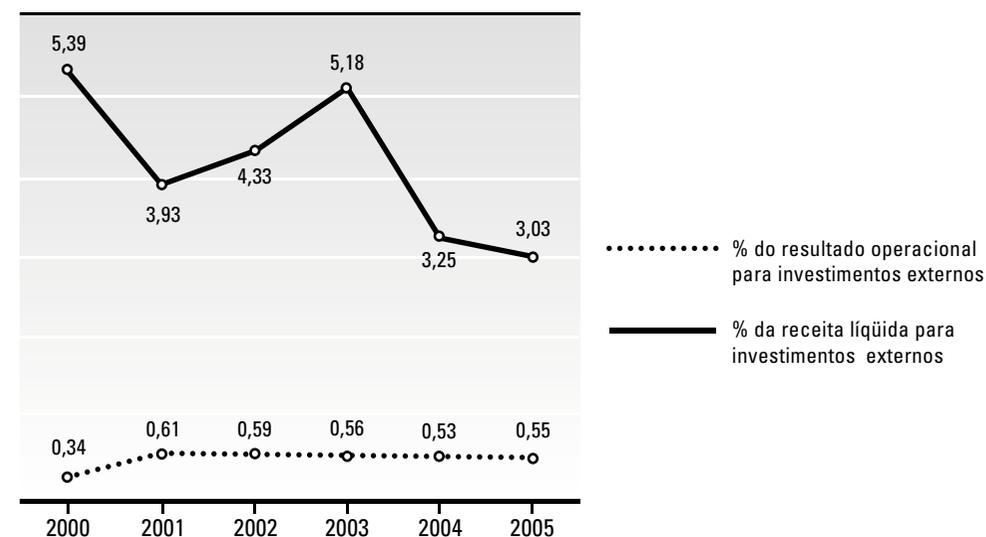


Quando comparamos o total dos investimentos externos com os resultados anuais e as receitas líquidas das empresas aqui analisadas, observamos que, percentualmente, o peso desses investimentos vem caindo em comparação aos resultados operacionais (de 5,4% em 2002 para 3% em 2005) e permaneceu praticamente estável em relação à receita líquida, mantendo-se no patamar de 0,5% anual, com alguma variação para mais em 2001/2002 e para menos em 2000.

Nesse sentido, podemos inferir que dentro desse nosso universo, referência para muitas empresas no Brasil, há uma tendência de destinar-se 0,5% das receitas líquidas para os investimentos sociais privados, mesmo com indicações de melhoria nos resultados operacionais anuais. A grande ques-

tão a ser respondida é se esses investimentos são significativos, representativos e se possuem resultados sociais positivos compatíveis com o poder, o impacto e as responsabilidades que essas mesmas empresas têm em relação à sociedade que lhe outorga o direito de operar e produzir, fornece-lhes mão-de-obra e as financia, via compra de bens, produtos e serviços. Outra pergunta que surge nesse contexto é se as empresas estarão dispostas a manter os mesmos patamares de investimentos sociais externos, mesmo quando os resultados não forem tão satisfatórios.

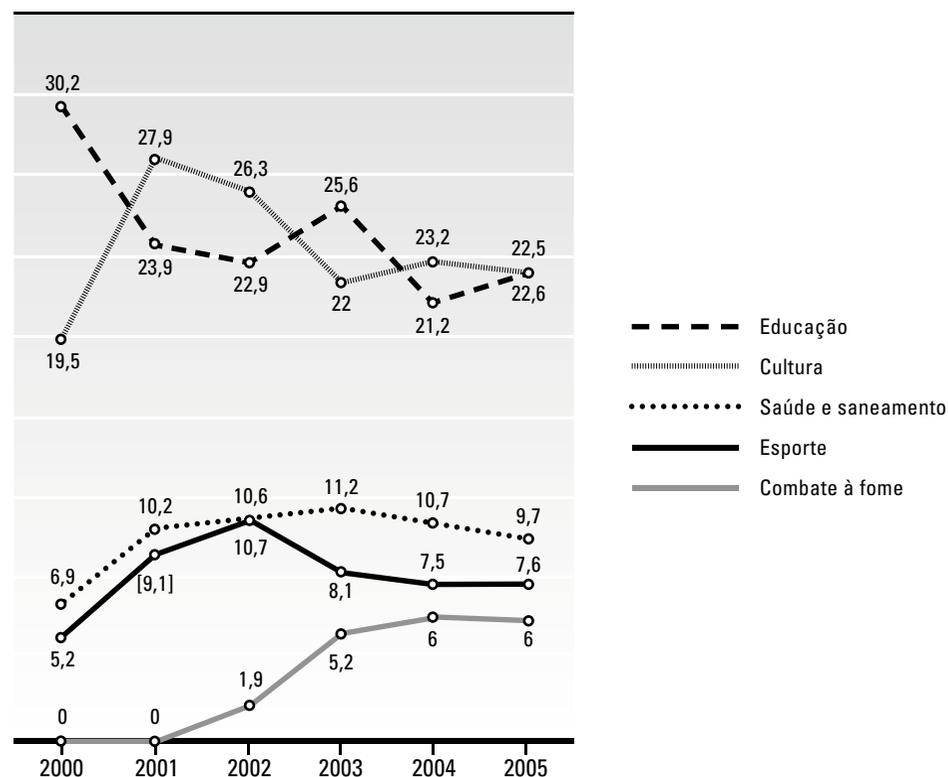
Gráfico 8 – Investimentos sociais externos – sobre receita e resultado (em%)



A partir do momento em que desagregamos os investimentos sociais externos por tipo de ação mais realizada (educação, cultura, saúde, esporte/lazer e combate à fome e segurança alimentar), obtemos uma informação mais detalhada sobre quais são os tipos de investimentos que as empresas mais disponibilizam para as comunidades externas.

No gráfico 9, é possível verificar o percentual desses investimentos por tipo, e observar que as empresas têm concentrado suas ações externas durante os últimos anos em iniciativas e projetos ligados, fundamentalmente, à educação e à cultura.

Gráfico 9 – Percentuais dos investimentos externos por tipo e ano (em %)



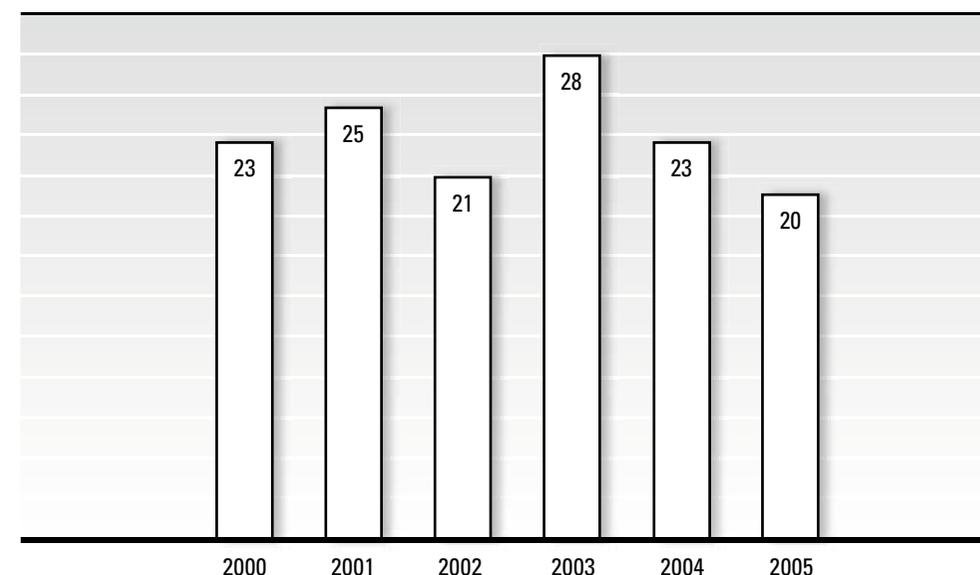
A educação é um valor em nossa sociedade e a crença nos desdobramentos positivos desse tipo de iniciativa - já confirmada por vários estudos - é praticamente inquestionável. Já os investimentos em cultura nos trazem questionamentos que não são possíveis de responder, dada as limitações do instrumento balanço social quanto ao tipo de informação solicitada. Por exemplo: qual parcela desses investimentos em cultura foi realizada via renúncia fiscal e/ou por meio de leis de incentivo à cultura? Qual parcela dos investimentos foi realizada com recursos próprios, nos quais empresas abriram mão de parte de seus lucros para investir em cultura e em outras iniciativas de interesse comum, público ou comunitário? Estas são respostas que ainda não temos.

As ações externas ligadas às áreas de saúde e de esporte apresentam uma pequena evolução ao longo dos anos analisados. Já as ações de combate à fome e alimentação realizadas por empresas públicas e privadas se fazem perceber até 2002. Esse crescimento, possivelmente, está relacionado às iniciativas governamentais e à ênfase que o Estado brasileiro tem dado às ações de combate à fome e de estímulo à segurança alimentar nos últimos anos.

4. Investimentos, ações e projetos ambientais

Nos últimos anos, uma das maiores preocupações que figuram nas declarações de empresários(as) e gestores públicos tem sido a de mitigar ou compensar os impactos ambientais, minimizar as mudanças climáticas e preservar a vida no planeta. Algumas iniciativas adotadas possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental, seja por meio de inovação tecnológica ou de programas internos e externos de controle e educação ambiental. Os valores e o peso destes investimentos em meio-ambiente - em comparação ao desempenho econômico e financeiro das companhias - aparecem de forma clara nos balanços sociais.

Gráfico 10 – Investimentos médios em meio-ambiente por empresa (em milhões de reais)



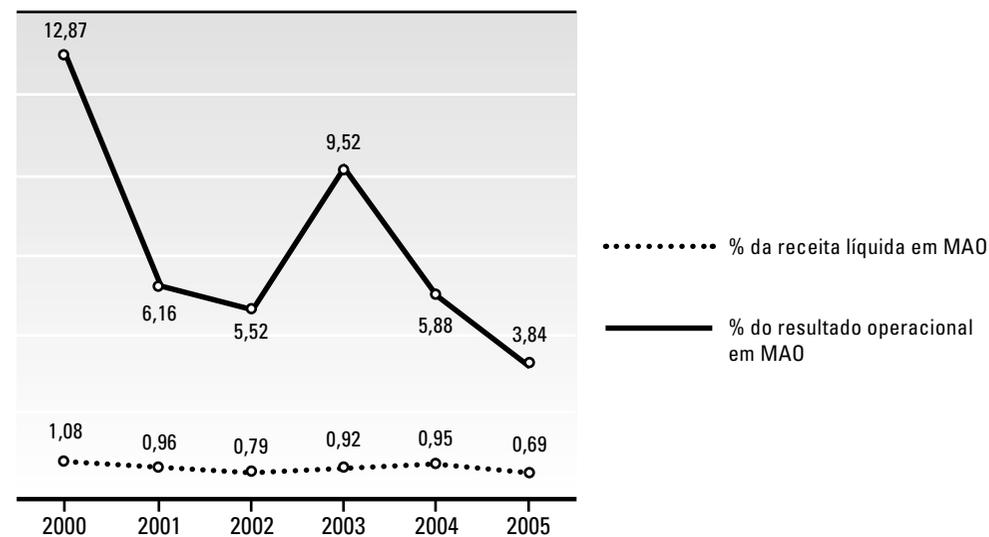
Todavia, quando analisamos as informações sobre os investimentos ambientais que estão relacionados à forma de operar e produzir nas empresas listadas nesta publicação - que representam uma espécie de “elite” das empresas brasileiras, uma vez que dão transparência às suas informações, mesmo quando não são tão positivas assim -, observamos uma redução nos valores absolutos do total de investimentos ambientais realizados nos últimos anos.

Quando comparados com os resultados e as receitas anuais, essa redução torna-se bastante significativa e evidente conforme podemos verificar no **gráfico 11**. Se levarmos em conta ainda a grande divulgação do tema e o

número de informações, aliado ao fortalecimento do discurso de proteção e preocupação com o meio-ambiente, a água, as florestas e até o aquecimento global, esta redução nos mostra um claro antagonismo entre o discurso e a prática das empresas contemporâneas aqui analisadas.

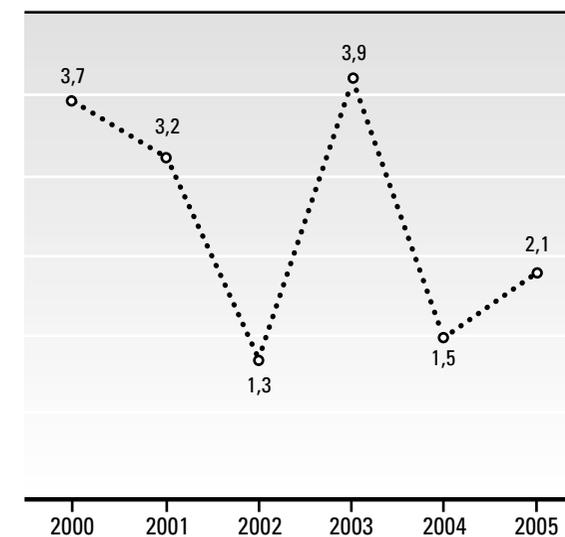
No gráfico 11, podemos verificar e acompanhar também uma significativa redução especificamente nos investimentos ambientais internos. Ou seja, aqueles que estão diretamente relacionados com a forma de operar e produzir nas empresas.

Gráfico 11 – Investimentos ambientais operacionais sobre receita e resultado (em %)



As empresas também realizam, regularmente, projetos e ações que não estão relacionadas diretamente com a operação/produção. São os chamados investimentos ambientais em programas e projetos externos ou para a sociedade em geral. Esses programas envolvem educação ambiental e campanhas preservacionistas que não estão diretamente ligadas ao bem, produto ou serviço de determinada companhia, mas que geralmente trazem, direta ou indiretamente, benefícios para as comunidades e também para a imagem pública e as marcas de tal empresa.

Gráfico 12 – Investimentos ambientais externos médios por empresa (em milhões de reais)



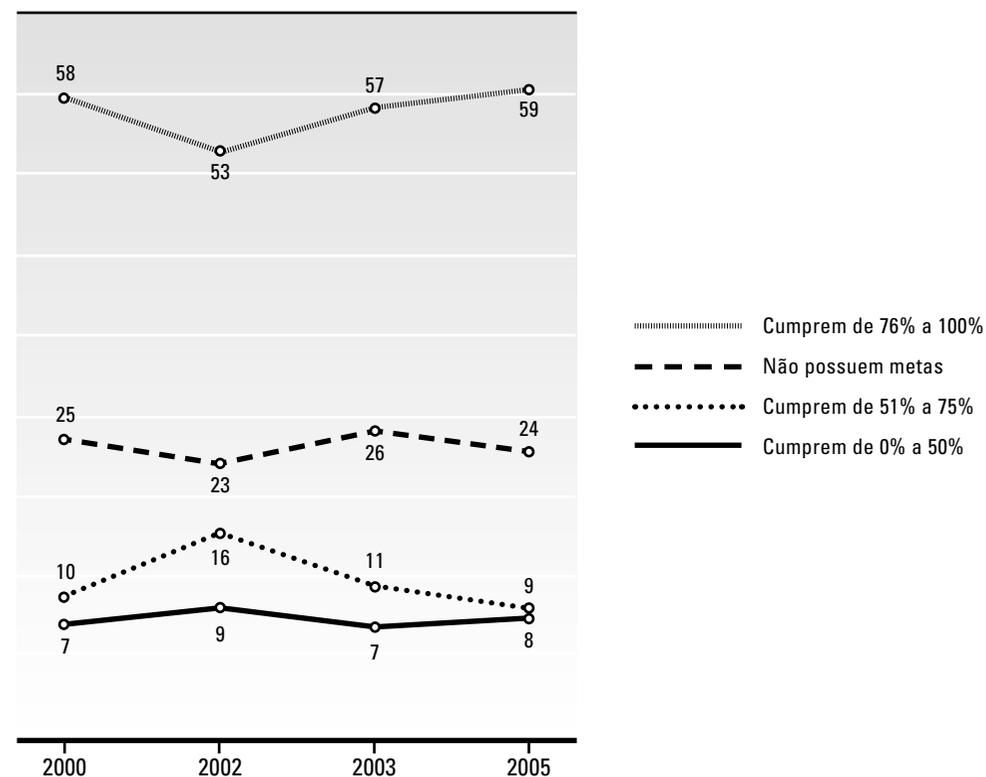
Ainda assim, quando observamos os dados publicados até 2005, a tendência tem sido também de redução dos investimentos ambientais externos. Os próximos anos, todavia, darão pistas se essa tendência continuará ou não, e sem dúvida, no longo prazo, o próprio planeta nos dará a prova incontestante se as práticas internas e externas das empresas mantiveram-se de acordo com a continuidade da vida no planeta ou somente seguiram focadas no lucro de curto prazo conquistado a qualquer preço.

Outro importante indicador, que nos ajuda a mensurar a preocupação com a redução dos impactos ambientais, está relacionado ao estabelecimento e ao cumprimento, ou não, de metas anuais de ecoeficiência. Medir, avaliar e estabelecer metas para mudar as práticas ao longo do tempo é um processo fundamental nas organizações e empresas. Nos balanços sociais publicados em 2002, aparecem, pela primeira vez, questões sobre o estabelecimento de metas para os investimentos em meio-ambiente e também sobre os percentuais de cumprimento. Esse indicador entrou no modelo por sugestão de uma das maiores organizações internacionais de defesa do meio-ambiente, antiga parceira do Ibase, que preferiu, por estratégia de ação à época, não se configurar formalmente como uma das organizações sociais que apoiavam o modelo.

No gráfico 13 podemos acompanhar a evolução das metas ambientais durante os últimos anos. Verificamos que cerca de 60% das empresas analisadas estabelecem e cumprem satisfatoriamente suas metas anuais. Todavia, ainda chama muito a nossa atenção que ¼ dessas empresas, que em

geral estão na vanguarda da preocupação socioambiental, ainda não possuem qualquer tipo de meta anual estabelecida para avaliar, aperfeiçoar e/ou corrigir seus investimentos e impactos ambientais.

Gráfico 13 – Percentuais médios de estabelecimento e cumprimento de metas



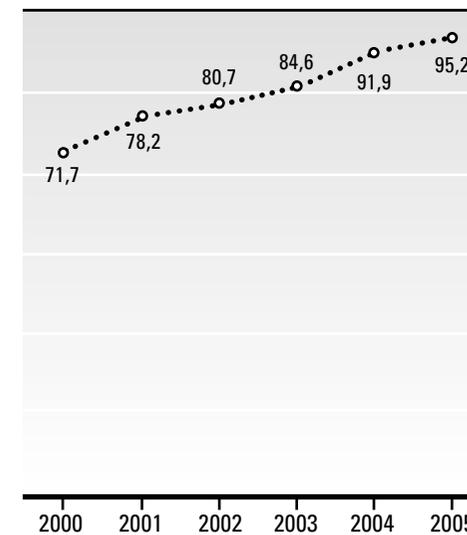
5. Indicadores do público interno

Este grupo de indicadores nos apresenta um raio-x dos colaboradores e das colaboradoras e permite avaliação da forma pela qual a empresa se relaciona com o seu público interno no que diz respeito à criação de postos de trabalho, utilização de mão-de-obra terceirizada, valorização da diversidade e relação com grupos historicamente discriminados no Brasil.

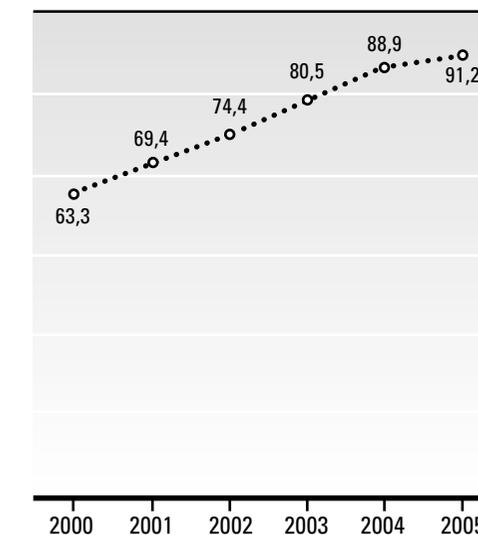
Uma informação que merece especial destaque diz respeito à transparência e à disponibilização dos números sobre o corpo funcional. Ao longo desses dez anos, percebemos uma grande resistência das empresas em declarar o perfil de seus colaboradores, principalmente quanto à raça/etnia, gênero, idade e pessoas com deficiência (PCDs).

Gráfico 14 – Percentuais de empresas que divulgaram as informações do corpo funcional por ano (em %) – dividido em sete partes

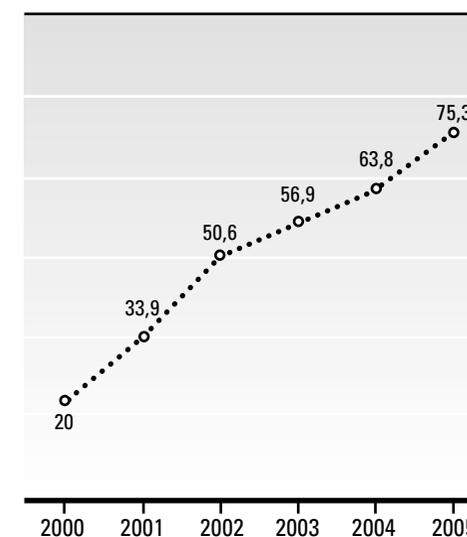
EMPRESAS QUE DIVULGARAM O Nº DE MULHERES



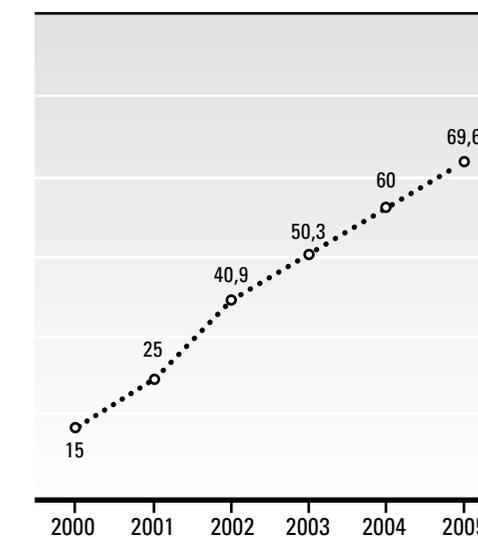
EMPRESAS QUE DIVULGARAM O % DE CARGOS DE CHEFIA OCUPADOS POR MULHERES



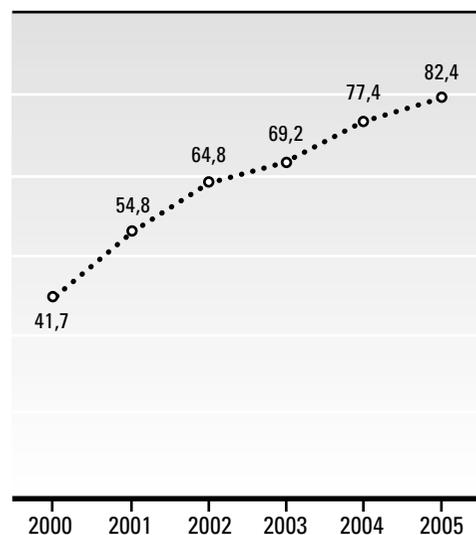
EMPRESAS QUE DIVULGARAM O Nº DE NEGROS(AS)



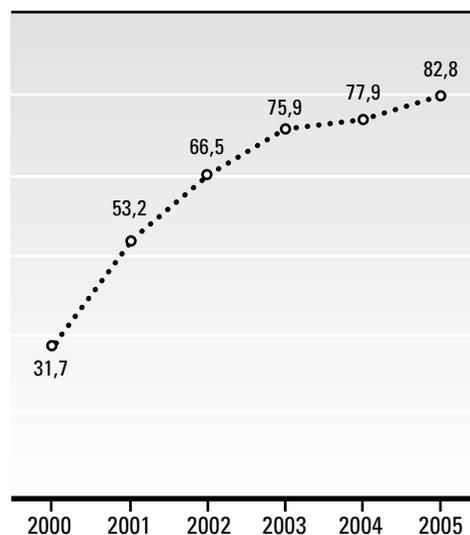
EMPRESAS QUE DIVULGARAM O % DE CARGOS DE CHEFIA OCUPADOS POR NEGROS(AS)



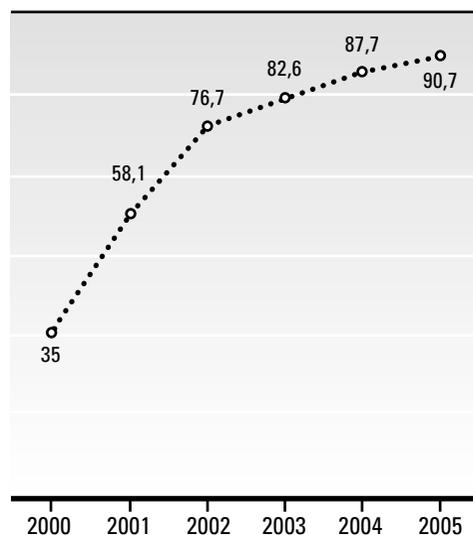
EMPRESAS QUE DIVULGARAM O Nº DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



EMPRESAS QUE DIVULGARAM O Nº DE PESSOAS TERCEIRIZADAS



EMPRESAS QUE DIVULGARAM O Nº DE PESSOAS ACIMA DE 45 ANOS

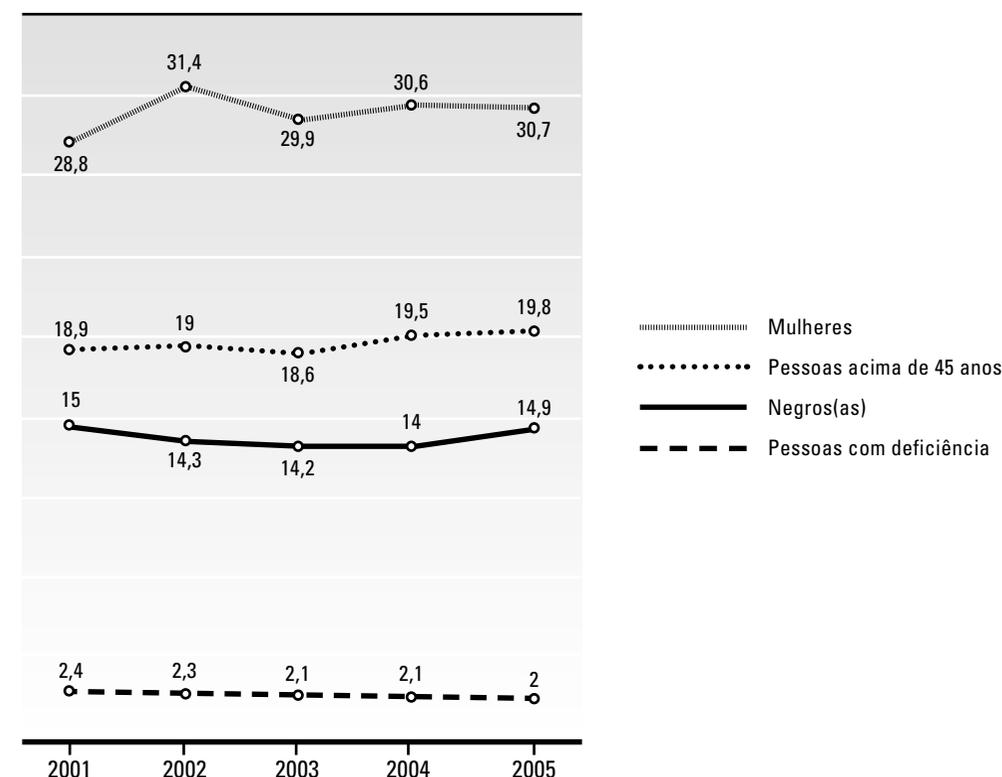


OS DADOS APRESENTADOS NOS MOSTRAM A DISCRIMINAÇÃO QUE AINDA PERSISTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA E QUE SE REFLETE, DE MÚLTIPLAS MANEIRAS, EM VELADAS PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS NO MUNDO DO TRABALHO

No início do processo de realização de balanços sociais anuais modelo Ibase, muitos eram publicados sem o devido preenchimento de algumas linhas do item 5 - *Informações do corpo funcional*. Hoje, o percentual mostra-se consideravelmente maior, mas ainda aquém dos 100% desejáveis em uma sociedade democrática, onde informação e transparência são fundamentais. Cabe destacar, como nos mostra o gráfico 14, que as informações mais omitidas pelas empresas ainda são aquelas relacionadas com raça/etnia. Quantos são e onde estão os negros e as negras dentro das empresas.

A informação sobre a valorização da diversidade no corpo funcional gerou momentos de embate e tensão entre as empresas e alguns empresários desde a criação do modelo, quando a questão sobre o número de pessoas negras foi estrategicamente retirada para o lançamento do BS. Também houve queda no número de selos conferidos no ano em que foi estabelecido um critério de preenchimento integral do documento. Até mesmo em 2007, quando o estabelecimento de cotas para pessoas com deficiência gerou um grande debate nacional, podemos perceber uma drástica redução no número de selos conferidos (sobre o Selo BS, ver capítulo 4).

Gráfico 15 – Diversidade no corpo funcional por ano (em %)



Apesar de todo o discurso pela igualdade de direitos e oportunidades, os dados apresentados nos mostram a discriminação que ainda persiste na sociedade brasileira e que se reflete, de múltiplas maneiras, em veladas práticas discriminatórias no mundo do trabalho. A proporção de negros(as) no total de pessoas empregadas não passa dos 15%, percentual muito abaixo do perfil étnico-racial da população brasileira em 2000 - que, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, era constituída de 49,5% de negros(as), sendo 6,3% de pretos(as) e 43,2% de pardos(as).

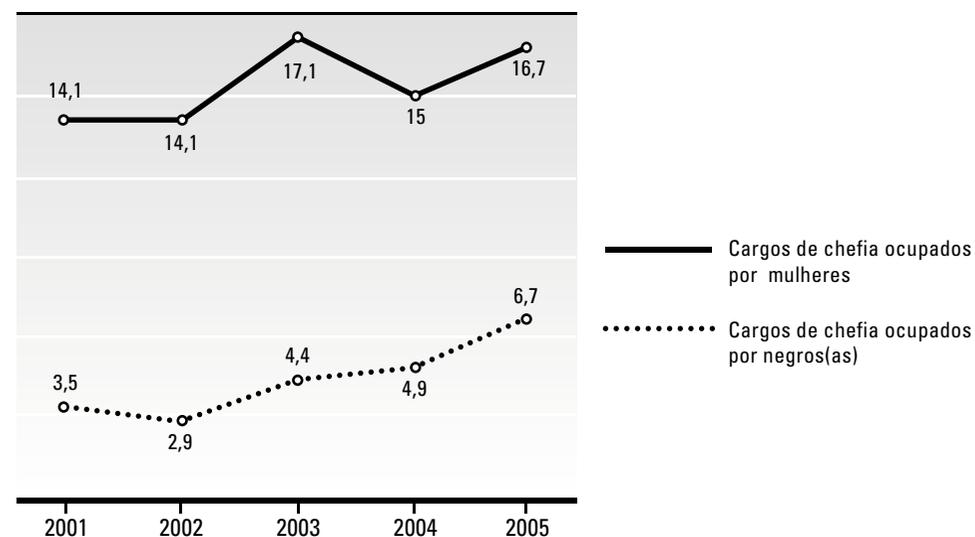
O quadro torna-se mais alarmante ainda quando observamos o percentual de cargos de chefia ocupados por pessoas negras: apenas 6,7%. Isso significa que de cada 100 pessoas que ocupam cargos de chefia nas empresas analisadas, menos de 7 são negros ou negras.

A situação das mulheres, ainda que melhor que das pessoas negras, está longe de ser a ideal. A proporção de mulheres empregadas passou de 28% em 2001 para 30,7% em 2005 e o percentual de cargos de chefia ocupados por elas chegou a 16,7%.

A realidade feminina nas empresas chama ainda mais a nossa atenção se levarmos em conta que o grau de escolaridade das mulheres tem superado o dos homens nos últimos anos e que as mulheres, segundo dados do IBGE, representam 43% da população economicamente ativa (PEA) no mesmo período.

AS EMPRESAS CONTINUAM PREFERINDO HOMENS BRANCOS NA HORA DE ESCOLHER QUEM VAI COMANDAR OS SEUS NEGÓCIOS

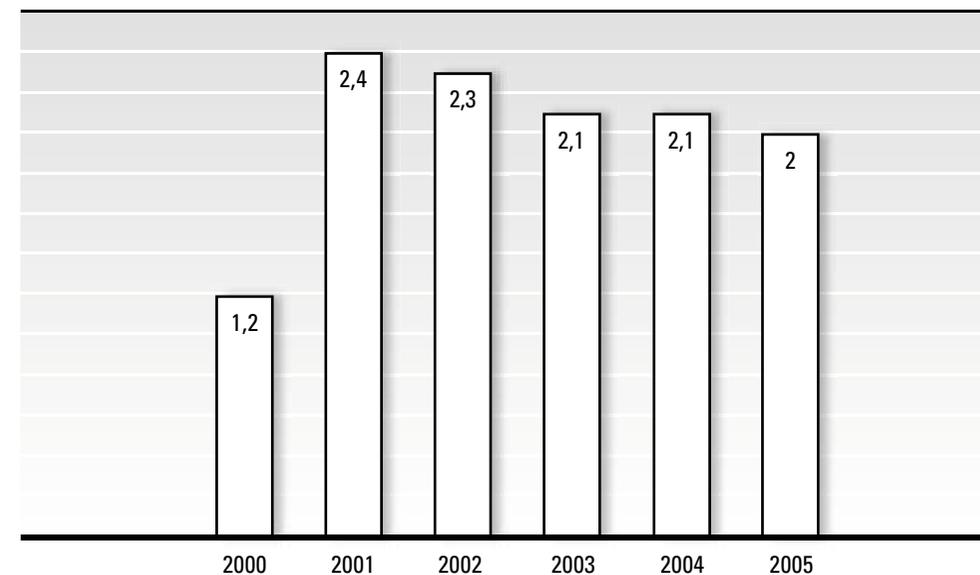
Gráfico 11 – Percentuais de ocupação dos cargos de chefia por mulheres e negros(as) (em %)



O conjunto dessas informações nos leva a inferir, com bastante objetividade, que as empresas continuam preferindo homens brancos na hora de escolher quem vai comandar os seus negócios. O grande desafio nesta questão é como romper com esse círculo vicioso de preconceito e exclusão dentro do universo empresarial brasileiro.

Os dados dos balanços sociais também nos mostram que as pessoas com deficiência ainda não encontraram seu espaço no mercado de trabalho. Apesar da existência de uma legislação específica e de todo o debate que tem ocorrido sobre o tema, é bastante insignificante o percentual de postos de trabalho ocupados por pessoas com deficiência (PCDs). Principalmente, se levarmos em conta que a legislação brasileira em vigor determina que, no mínimo, 5% dos postos devem ser ocupados por PCDs nas empresas com mais de 1 mil pessoas empregadas. Ainda há muito o que fazer para sensibilizar e cobrar do empresariado brasileiro que faça a sua parte para reverter este quadro de exclusão.

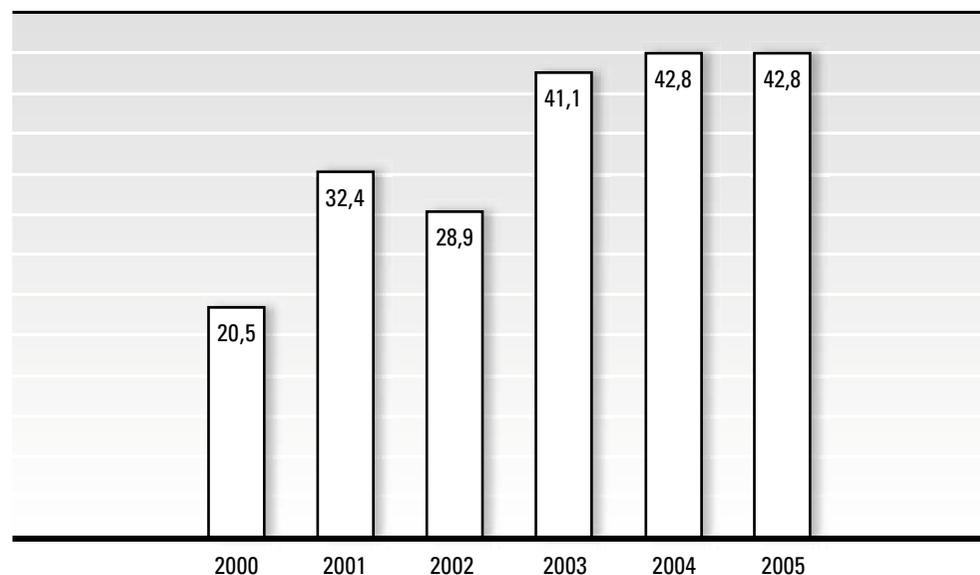
Gráfico 17 – Percentuais de pessoas com deficiência sobre o total de empregados(as) por ano (em %)



Outro dado que merece destaque é o aumento significativo na proporção do número de pessoas terceirizadas face ao número total de empregados(as) diretos. Percebemos uma tendência das grandes empresas na contratação de terceirizados(as) e quarteirizados(as), mesmo em suas áreas fins. E isso ocorre, muitas vezes, sem o comprometimento direto da grande companhia com a

garantia de direitos fundamentais e o pagamento de encargos e benefícios - que ficam a cargo de pequenas e médias prestadoras de serviço, que aparecem, desaparecem e mudam seus nomes com muita facilidade.

Gráfico 18 – Pessoas terceirizadas sobre o total de empregados(as) por ano (em %)



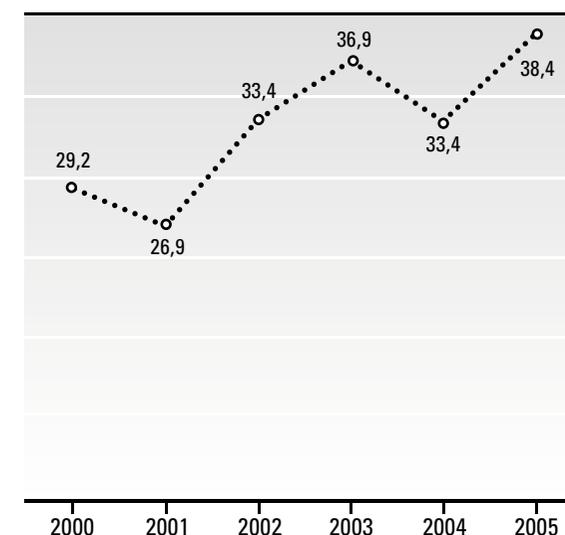
Muitas pessoas terceirizadas convivem diariamente com empregados(as) diretos da grande empresa, desempenham funções semelhantes, mas são preteridas na hora da distribuição de lucros e diversos benefícios e garantias legais. Quanto maior a empresa, maior deve ser sua responsabilidade interna, externa e com toda a cadeia produtiva. Do contrário, estamos falando de discursos vazios e balanços sociais puramente promocionais.

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Nesta parte do balanço social, encontram-se indicadores qualitativos, em sua maioria de múltipla escolha, que apresentam algumas diretrizes e alguns processos desenvolvidos na empresa no que diz respeito às políticas e práticas da companhia em relação ao social e ao ambiental. São 13 itens que apresentam, prioritariamente, questões da gestão empresarial da responsabilidade social. Elegemos alguns para explicitar nossa análise nesta publicação. A primeira questão abordada trata da diferença entre a maior e a menor remuneração dentro da empresa (salários + gratificações). Em um país onde uma melhor

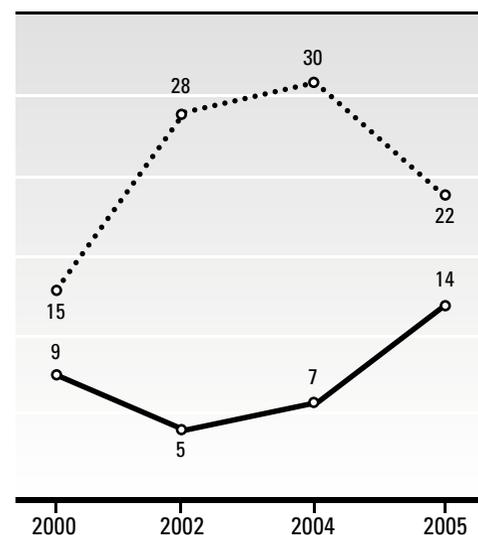
distribuição de renda se apresenta como um grande desafio, percebemos um aumento dos percentuais médios dessa diferença, configurando uma tendência à concentração de renda. Cabe apontar aqui, como exemplo concreto, que as maiores diferenças ultrapassam em muito os 100%, sendo registradas diferenças salariais de até 236% nas empresas analisadas.

Gráfico 19 – Percentuais médios das diferenças entre a maior e a menor remuneração



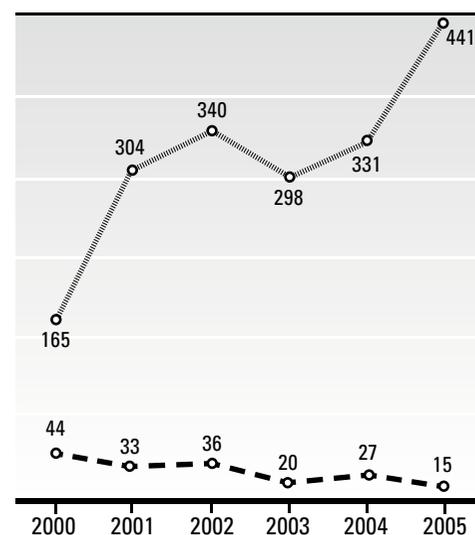
Os acidentes de trabalho são informados em números totais e, quando consideramos os investimentos em segurança e medicina no trabalho (apresentados no item 2 - Indicadores sociais internos), percebemos uma relação clara e inversamente proporcional com os investimentos em segurança, o que reafirma a grande importância da prevenção de acidentes de trabalho não como um gasto, mas, antes de tudo, como uma forma de proteger e preservar a vida e as pessoas dentro das empresas.

CASO 1 – EXEMPLO DE INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO E A RELAÇÃO COM O NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO



— Nº de acidentes de trabalho por 1.000 empregados
 Investimento em segurança – valor médio/empregado

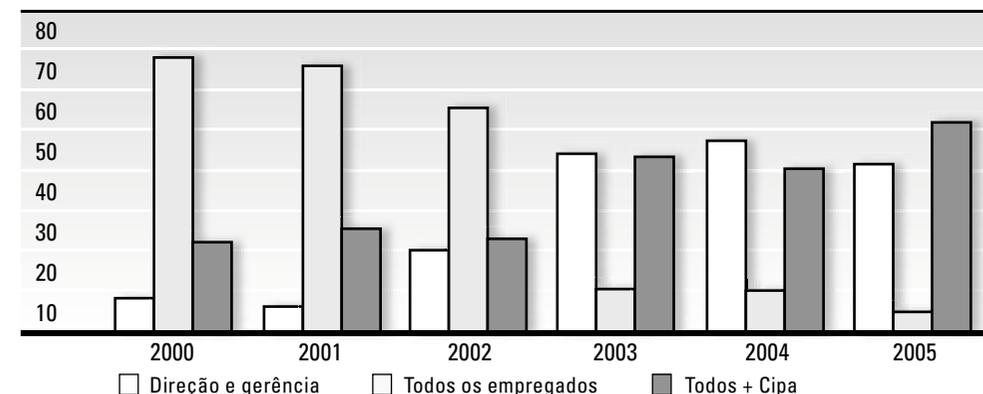
CASO 2 – EXEMPLO DE REDUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO EM DECORRÊNCIA DO AUMENTO DOS INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO



Nº DE ACIDENTES DE TRABALHO POR 1.000 EMPREGADOS
 INVESTIMENTO EM SEGURANÇA – VALOR MÉDIO/EMPREGADO

Além dos valores investidos, também é de fundamental importância na metodologia de elaboração do balanço social a participação do corpo funcional nas definições dos padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho. Afinal, são essas pessoas que estão na linha de frente, sujeitas aos acidentes. É muito interessante observar o crescimento no percentual das decisões tomadas com a participação de todos(as) junto com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e também nas decisões tomadas somente pela direção e gerência. Essas informações nos mostram uma tendência à formalização e institucionalização da questão, que provavelmente está mais relacionada ao rigor da legislação, do que a uma tomada de consciência no meio empresarial sobre a importância do tema.

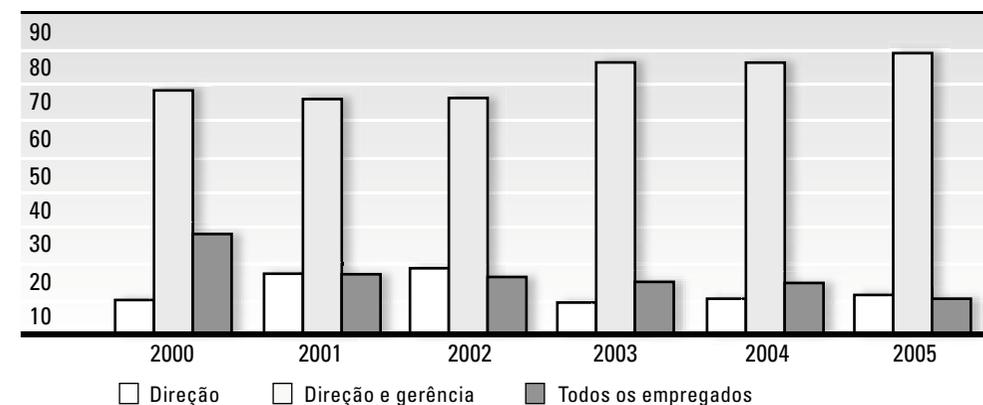
Gráfico 20 – Grau de participação dos(as) funcionários(as) na definição dos padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho



Cuidar do meio-ambiente, fazer uso de recursos naturais e se relacionar com a sociedade, sem comprometer as próximas gerações, é um imperativo no mundo atual e a participação dos(as) funcionários(as) nas escolhas dos projetos e das ações sociais e ambientais demonstra – ou não – a verdadeira compreensão e comprometimento da empresa com a sua responsabilidade social interna e externa.

O gráfico 21 nos apresenta uma ampliação na institucionalização do processo de responsabilidade socioambiental, com maior participação da direção e gerência nos últimos anos, mas, ao mesmo tempo, com uma forte tendência de diminuição da participação geral no processo. Essa tendência pode significar, negativamente, a não-incorporação do total de funcionários e funcionárias nas escolhas das ações sociais e ambientais nas empresas analisadas, gerando assim um não-comprometimento amplo e uma forte possibilidade de não-continuidade das ações diante de uma simples troca de direção e gerência da empresa.

Gráfico 21 – Grau de participação dos(as) funcionários(as) nas decisões sobre os projetos sociais e ambientais desenvolvidos



Um outro ponto importante do item 6 do modelo é a questão da liberdade sindical. Apesar da maioria informar que incentiva e segue as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o percentual máximo das empresas que disponibilizaram esta informação não passa dos 65%. Falar sobre democracia interna e dar transparência a isso ainda é um grande tabu no meio empresarial.

Neste mesmo item, também são abordadas outras questões que não foram objeto de análise da presente publicação por variados motivos que vão desde necessidade de foco até limites espaciais desta edição. Contudo, tais temas seguem como de suma importância para empresas, governos e organizações da sociedade: previdência privada; participação nos lucros e resultados; responsabilidade social na cadeia produtiva; trabalho voluntário; reclamações e processos judiciais de consumidores(as); e a própria demonstração do valor adicionado (DVA).

7. Outras informações

Este é um espaço livre e em aberto que tem sido amplamente utilizado pelas empresas para divulgar a mais variada gama de informações relevantes sobre como são incorporadas e divulgadas as práticas da responsabilidade social corporativa. Todavia, são informações complementares, não-sistematizadas, que vão desde algumas notas explicativas até tabelas, extensos textos e fotos. Assim sendo, o item 7 não foi também objeto de análise deste livro.

“

“Atualmente, ninguém analisa ou indica uma empresa sem avaliar o balanço social desta companhia. E o modelo Ibase facilita bastante está análise”

Analista de mercado, especialista em balanço social

”

CAPÍTULO **4**

O selo

Como meio de assegurar a ampla divulgação das informações e estimular a verificação dos dados por parte da sociedade, desde 1998 o Ibase oferece às médias e grandes empresas que publicam balanço social no seu modelo a possibilidade de receber o “Selo Balanço Social Ibase/Betinho”.

Para isso, a empresa deve cumprir uma série de critérios, estabelecidos pelo instituto, visando à ampla divulgação do documento, à transparência dos números e à participação dos diversos públicos interessados.

O primeiro passo é preencher a tabela de maneira completa. Informações e dados indisponíveis ou descritos como não-aplicáveis às operações da empresa não são aceitos. A empresa precisa declarar expressamente, em documento assinado por seu representante legal - diretor(a)/presidente(a) -, que não utiliza mão-de-obra infantil, trabalho análogo à escravidão; não está envolvida, direta ou indiretamente, com prostituição ou exploração sexual infantil; não se envolve em corrupção; e apresentar um compromisso da empresa com a valorização e o respeito à diversidade. Os compromissos e as declarações devem ser enviados ao Ibase e devem constar do preenchimento do item 7 - Outras informações.

O balanço social deve, obrigatoriamente, ser publicado em jornal ou revista de grande circulação regional ou nacional (de acordo com a abrangência e atuação da empresa) e disponibilizado na página *web* da mesma. Cada funcionário e funcionária deve receber um exemplar - de forma individualizada e por meio de material impresso - acompanhado de uma mensagem da presidência salientando a importância do documento para a empresa e estabelecendo um canal de diálogo com seus colaboradores e suas colaboradoras. As empresas devem, também, enviar e protocolar a entrega do balanço social aos sindicatos que representam as categorias profissionais que integram o corpo funcional.

Se a idéia inicial era ampliar o número de balanços no Brasil, com o passar dos anos, seus conteúdos nos revelam que algumas empresas não informavam integralmente todos os números solicitados e que alguns dados eram sistematicamente omitidos, uma tentativa de mostrar mais o lado positivo e não dar tanta visibilidade aos dados considerados negativos. Cabe aqui ressaltar

que, muitas vezes, essa é uma prática incorreta se pensada em médio e longo prazos, pois um bom instrumento de divulgação, avaliação e planejamento deve servir, também, para corrigir eventuais desacertos estratégicos, problemas internos e externos e a falta de determinada visão em uma empresa ou organização.

Buscando corrigir a tendência em que a forma e a imagem acabam superando o conteúdo e a possibilidade de mudanças concretas nas práticas sociais e ambientais das empresas, o Ibase adotou como estratégia a busca, a cada ano, de critérios mais rigorosos para avaliação de conteúdo e divulgação das informações que devem constar dos balanços sociais das empresas.

A partir de 2006, um novo critério estabelece um processo pioneiro no Brasil. Com o intuito de promover na sociedade um “olhar atento” sobre as práticas empresariais e o balanço social, o Ibase decide promover uma consulta pública para que qualquer cidadão ou cidadã possa se manifestar sobre as empresas que solicitam o selo. Com duração de dois meses, o objetivo dessa consulta é envolver, de forma mais efetiva, as organizações da sociedade civil e os sindicatos no acompanhamento dos balanços apresentados, buscando a participação e o diálogo mais crítico e construtivo entre a sociedade e as empresas. As informações divulgadas são analisadas por algumas organizações da sociedade civil parceiras do Ibase em diversas áreas de atuação (consumidores(as), gênero, raça/etnia e meio-ambiente) e ficam disponíveis no *website* do balanço social <www.balancosocial.org.br> para que qualquer pessoa possa fazer críticas ou comentários.

O processo, em seu primeiro ano, levou 54 empresas para a consulta pública, sendo que duas delas não conseguiram obter o selo por causa de denúncias envolvendo ação civil pública. Recebemos 147 manifestações sobre 23 diferentes empresas.

Em 2007, segundo ano de realização da consulta pública, 60 companhias solicitaram o "Selo Balanço Social Ibase/Betinho". Contudo, somente 17 empresas o levaram. Essa grande diferença deu-se pela análise de conteúdo dos balanços. Passou-se a considerar se os indicadores e dados sobre

questões como educação, meio-ambiente e diversidade no corpo funcional, representam, ou não, uma melhoria contínua nas informações publicadas anualmente.

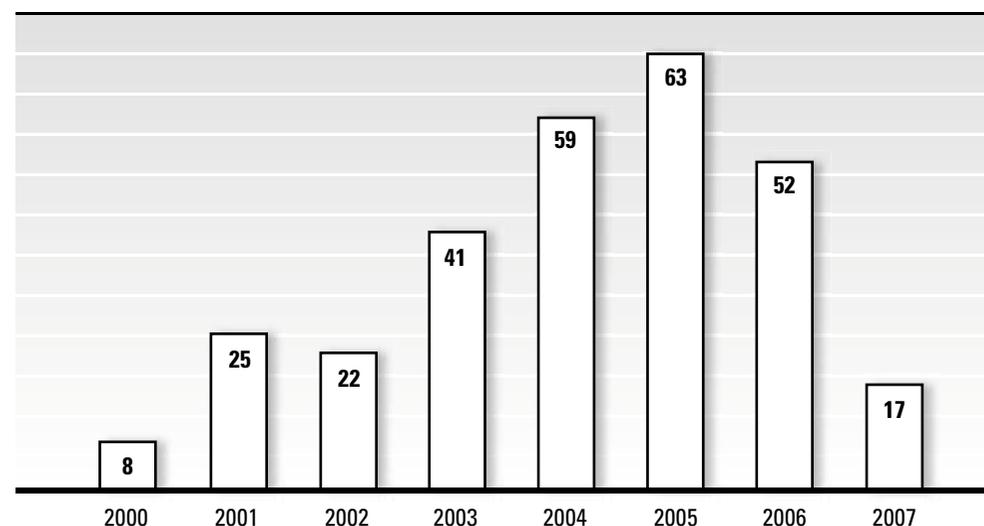
Além disso, com o intuito de chamar a atenção da sociedade e das empresas para a grave situação que as pessoas com deficiência enfrentam no mercado de trabalho brasileiro, o Ibase decidiu pela adoção de uma cota mínima para pessoas com deficiência.

Conseguimos uma grande visibilidade pública do tema, até mesmo com o reaparecimento de um amplo debate na mídia nacional a respeito, com diversas empresas revendo suas práticas internas e externas.

UM BOM INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO, AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DEVE SERVIR, TAMBÉM, PARA CORRIGIR EVENTUAIS DESACERTOS ESTRATÉGICOS, PROBLEMAS INTERNOS E EXTERNOS E A FALTA DE DETERMINADA VISÃO NUMA EMPRESA OU ORGANIZAÇÃO

No gráfico 22, estão as informações sobre o número de selos concedidos nos últimos anos. A discreta queda no número de selos em 2002 deveu-se à obrigatoriedade do completo preenchimento da tabela, sem omissão de linhas, particularmente às que se referem aos itens “número de negros” e “percentual de cargos de chefia ocupados por negros/as”. A ampliação do rigor nos critérios para concessão do selo anual se reflete na mudança de tendência a partir de 2006.

Gráfico 22 – Selos concedidos por ano



Em 2007, o número de empresas que passaram a utilizar o "Selo Balanço Social Ibase/Betinho" foi o menor desde 2001 e representa uma queda abrupta em relação a 2006. Esse resultado pode ser explicado, principalmente, pelo maior rigor nos critérios adotados. A maioria das empresas foi desclassificada por não mostrar publicamente em seus balanços sociais a garantia de 2% a 5% de seus postos de trabalho para pessoas com deficiência - um dos critérios fixados este ano, tomando por base o Decreto 3.298/99.

O Ibase não fornece o selo para empresas de armas, bebidas alcoólicas e cigarro. Também reserva-se o direito de não conceder, suspender ou retirar o selo de qualquer empresa envolvida, denunciada ou processada por corrupção, violação de direitos humanos, sociais e ambientais que estejam relacionados com as declarações e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização das Nações Unidas (ONU), das Diretrizes da Organização pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais e toda a legislação brasileira relativa aos direitos e deveres sociais e ambientais já estabelecidos em nosso país.

Em decorrência disso, em 2004, o Ibase suspendeu o “Selo Balanço Social Ibase/Betinho” concedido a uma das maiores empresas na área de açúcar e álcool por ter sido denunciada pelo Ministério Público por utilização de “trabalho análogo à escravidão”.

A concessão do "Selo Balanço Social Ibase/Betinho" não tem como objetivo certificar ou avaliar se a empresa é socialmente responsável, mas sim garantir que a empresa atendeu a todos os critérios de transparência estabelecidos para preenchimento, publicação e divulgação do balanço social e que se submeteu, de alguma forma, a receber críticas e sugestões da sociedade, fornecendo os próprios subsídios para essa avaliação externa.

MUDANÇA NECESSÁRIA

Ao estabelecer como critério a cota de pessoas com deficiência no corpo funcional em 2007, vimos o número de selos cair drasticamente. Ao longo do ano, ouvimos diversas justificativas das empresas: “Queremos contratar, mas não há no mercado PCDs qualificados e em número suficiente”; “O que eu faço se não tenho mais vaga? Tiro emprego de quem já está lá para cumprir esta cota de 5%?”. Em novembro do mesmo ano, após todo o processo do balanço social e do selo, o Ibase promoveu um encontro com a presença de ONGs que tratam o tema, empresas e poder público. Já era hora de um debate frente a frente com as partes interessadas, pessoas qualificadas discutindo a situação atual e o que queremos para o futuro. Um momento rico de reafirmação da necessidade urgente de mudanças nas práticas empresariais de contratação e valorização da diversidade.

“Como pode o nº de empregados negros no BS de 2004 para o de 2005, permanecer inalterado, se houve contratação de cerca de 2 mil funcionários? Como pode o nº percentual de negros em cargo de chefia permanecer inalterado se houve a criação de dezenas de gerências por toda a empresa?”

Manifestação sobre uma empresa em consulta pública em 2006

”

CAPÍTULO

5

Conclusões

Lições do processo

A criação e o aperfeiçoamento do modelo de balanço social Ibase - a partir de interação, debate e embates com um setor muito diversificado e carregado de poder político e econômico, como é o caso do universo empresarial - e a própria campanha desenvolvida pelo Ibase durante os últimos dez anos evidenciaram as possibilidades e os limites para a transformação das práticas empresariais e a implementação de mudanças sociais concretas.

Com objetivo bem definido - transparência e responsabilidade no setor empresarial -, o primeiro passo do Ibase foi sempre o diálogo, visando à ampliação da participação democrática. O diálogo e as possibilidades de interações intersetoriais são e têm sido muito bem-vindas e frutíferas para toda a sociedade, sempre que mantidas a autonomia e a visão crítica de todos os atores sociais envolvidos ao longo do processo.

Em determinadas situações, o confronto político e de idéias, que pode gerar denúncias e constrangimento público da imagem de uma empresa (via imprensa nacional e internacional e/ou via processos judiciais e a ação dos ministérios públicos federal e estaduais), torna-se também um bom caminho para barrar algumas formas de violação de direitos por parte de companhias.

Os passos seguintes devem ser escolhidos em função da conjuntura, em um processo de melhoria contínua e ampliação constante das exigências e do rigor metodológico. A figura de linguagem que utilizamos para ilustrar o início do processo de elaboração do modelo Ibase foi o da pequena cunha de metal sendo utilizada para cortar a imensa rocha. Já em relação aos critérios para concessão do "Selo Balanço Social Ibase/Betinho", a figura foi a do parafuso e a porca. Ano após ano, sempre dávamos uma volta a mais na porca, como símbolo da ampliação no rigor.

Uma questão a ser respondida é se os investimentos sociais e ambientais que vêm sendo realizados são verdadeiramente significativos, representativos e possuem resultados positivos compatíveis com o poder, o impacto e as

responsabilidades que essas mesmas grandes corporações têm em relação à sociedade que lhes outorga o direito de operar e produzir, fornece-lhes mão-de-obra e as financia.

Analisando o conjunto de dados apresentados nesta publicação, nossa tendência é responder que ainda não. Pouco mais de uma década depois de iniciado todo esse movimento pela transparência e responsabilidade nas empresas, ainda existe um longo caminho a ser enfrentado pelas empresas para, concreta e objetivamente, transformar suas práticas internas e externas.

AINDA EXISTE UM LONGO CAMINHO A SER ENFRENTADO PELAS EMPRESAS PARA, CONCRETA E OBJETIVAMENTE, TRANSFORMAR SUAS PRÁTICAS INTERNAS E EXTERNAS

Um bom exemplo dessa necessidade de mudança, que ainda não saiu do discurso - mas já começa a aparecer de alguma maneira nos relatórios e na publicidade de algumas companhias - está relacionada com a diversidade. Os números sobre as mulheres, as pessoas com deficiência e a população negra, no universo das empresas analisadas, mostra que ainda falta muito para criarmos um ambiente diverso e inclusivo no mundo do trabalho. Outro dado relevante são os escassos investimentos sociais internos: o discurso sobre as pessoas como principal valor de uma empresa não encontra respaldo nos investimentos anuais ora analisados.

Quando observamos as informações sobre os investimentos ambientais das empresas aqui listadas, observamos uma redução nos valores absolutos do total de investimentos ambientais durante os últimos anos. Comparados com os resultados e as receitas anuais, essa redução torna-se bastante significativa e evidente. Se, além disso, levarmos em conta a grande preocupação e ampliação de informações sobre meio-ambiente nos últimos anos (água, florestas e o aquecimento global), essa redução nos mostra um claro antagonismo entre o discurso e a prática.

Os próximos anos, todavia, nos darão pistas se essa tendência continua ou não, e sem dúvida, o futuro nos dará a prova incontestante se as práticas internas e externas das grandes empresas estavam realmente de acordo com a continuidade da vida no planeta ou somente seguiram focadas no lucro de curto prazo auferido a qualquer preço, maquiado por um discurso vazio de preocupação social e ambiental.

O futuro do balanço social

O modelo Ibase de BS é o mais utilizado por empresas que atuam no Brasil e se tornou a principal referência como modelo para dar transparência às informações sociais e ambientais na esfera corporativa nacional. A expansão do número de empresas com balanço social nos últimos anos é um dos indicadores da relevância do tema e nos revelou, também, o incremento da prática anual das companhias em publicar e disponibilizar seus dados e suas informações socioambientais por meio desse instrumento.

Há dez anos, verdadeiramente acreditávamos e defendíamos a voluntariedade dos mecanismos da chamada responsabilidade social empresarial e da utilização de ferramentas como o balanço social. Contudo, uma década depois, estamos convencidos de que a obrigatoriedade dos mecanismos e instrumentos para garantir a transparência sobre as boas práticas sociais e ambientais das empresas, entre eles o próprio balanço social, pode assegurar à sociedade informações relevantes e indispensáveis para o controle cidadão das empresas. O debate que se apresenta agora deve ser sobre a facilidade no entendimento e a ampla divulgação dos dados.

Governos, legisladores e bancos públicos e de desenvolvimento devem estar atentos a essas regulamentações e possibilidades de tornar as práticas de responsabilidade social e ambiental - bem como a publicação anual de balanço social - como itens obrigatórios para compras, concorrências e concessões de créditos.

Uma outra questão que se apresenta para as empresas é assumir seu papel de impulsionadoras da responsabilidade social em toda a cadeia produtiva, principalmente das maiores empresas em relação às menores. Tomar para si a responsabilidade sobre seus fornecedores e ajudá-los no caminho da ética torna-se um diferencial para aquelas que entendem que responsabilidade vai além de ações sociais privadas. Desde a matéria-prima até o produto final, todos os envolvidos devem estar comprometidos com o propósito de um processo que vise à qualidade de vida e à sustentabilidade do nosso planeta.

Desafios e próximos passos

Seguiremos atualizando os dados sobre os balanços sociais publicados ano a ano, acompanhando e esperando que esses números nos revelem informações mais animadoras sobre concretas mudanças de conduta das companhias brasileiras. Todavia, além das empresas que já publicam seus balanços sociais todos os anos e das novas corporações que darão transparência às suas ações, temos um grande desafio pela frente: envolver as organizações da sociedade e as pessoas, como cidadãs, nesta discussão e neste processo.

Tradicionalmente, o discurso sobre as boas práticas corporativas relaciona a responsabilidade social e ambiental ao diálogo e a preocupação com todos os públicos interessados, beneficiados e atingidos pelas empresas. Contudo, na maioria das vezes, as organizações e movimentos sociais não fazem parte das discussões e ainda não utilizam os instrumentos e ferramentas que potencializam a verificação, implementação e o monitoramento das práticas sociais e ambientais das empresas, como é o caso do balanço social. Pessoas reais, ou seja, a maioria de nós como cidadãos e cidadãs comuns no ato do consumo, do investimento ou do trabalho, não conseguimos, ainda, relacionar nossas próprias ações (coletivas ou individuais) com os impactos sociais e ambientais das nossas decisões e escolhas. A sensibilização desses públicos é um desafio a ser enfrentado para que o debate avance e mudanças ocorram.

Além disso, muitas empresas ainda mantêm distantes do seu negócio principal e das decisões estratégicas a discussão e o balizamento dado pela responsabilidade social e ambiental, muitas vezes restritas às ações sociais privadas. Assim sendo, vale o alerta de que ferramentas como o balanço social são apenas um ponto de partida e uma pequena fotografia daquele momento de chegada, que varia ano a ano. O seu conjunto nos ajuda a ver de maneira mais ampla e a apontar tendências.

Porém, o cerne da questão ainda é a mudança nas práticas internas e externas, visando à implementação e garantia de direitos no caminho da construção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Assim, para além do Estado, as empresas podem fazer muito se mudarem a maneira de fazer negócios. Ainda existe um longo caminho a ser trilhado na busca de soluções para os problemas sociais e ambientais enfrentados e causados por algumas grandes empresas. Nesse sentido, o desafio da transparência e, principalmente, o da construção de um novo modelo de produção e consumo, continuam mais atuais do que nunca.

Empresa pública e cidadã

Está cada vez mais difundida nos vários setores da sociedade a idéia de que a atual situação do mundo requer atenção especial das empresas para sua dimensão social.

As empresas, públicas ou privadas, queiram ou não, são agentes sociais no processo de desenvolvimento. A dimensão delas não se restringe apenas a uma determinada sociedade, cidade, país, mas no modo com que se organiza e principalmente atua, por meio de atividades essenciais.

Nos países desenvolvidos, de economia de mercado, as empresas introduzem variáveis sociais nos critérios de gestão e desenvolvimento.

Há cada vez mais a necessidade de demonstrar à sociedade que não se progride sem a pureza do ar, a preservação das florestas e a dignidade da população.

Assim, o balanço social atende a todos. Para os dirigentes, oferece os elementos essenciais para as decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a empresa venha a desenvolver. Os empregados têm a garantia de que as expectativas cheguem até os patrões de uma maneira sistematizada e quantificada.

Os fornecedores e investidores passam a conhecer a maneira como a empresa encara responsabilidades em relação ao quadro humano, o que representa um indicador de como a instituição é administrada.

Todo esse processo chega até os consumidores, que verificam a qualidade dos produtos. Há uma aproximação entre a empresa e o mercado consumidor.

Quanto ao Estado, cabe a concessão de subsídios, importantes para a elaboração de normas legais que regulamentem, de maneira mais adequada, a atividade das empresas para o bem-estar individual e da comunidade. Sem distinção, chegando ao lucro sem ultrapassar os limites sociais. Por consequência, mais lucro, maior satisfação dos funcionários e consumidores.

É possível pensar nessa realidade: ter não somente um balanço financeiro das empresas, mas um social, para que o conjunto da sociedade tome conhecimento do que já avançamos e do que teremos ainda a avançar nessa direção.

Os tempos e as consciências estão maduras para que essa idéia caia em terreno fértil e se transforme em realidade. Que cada um tome a iniciativa e faça a sua parte enquanto há tempo. O Brasil não pode esperar que o desenvolvimento passe por cima dos interesses e das cabeças de milhões de pessoas.

Temos que entrar no ano 2000 (afina, a virada do século) sob o signo de estar fazendo agora tudo o que já deveríamos ter feito há muitos séculos: a eliminação da miséria, tão grave e assustadora neste país. Com isso, mostramos que não somos mais indiferentes à distância cada vez maior entre os que têm e os que não têm.

Na França, desde 1977, é legalmente obrigatória a publicação do “balanço social” das empresas com mais de 750 empregados, o que comprova a importância dada pelas sociedades desenvolvidas à gestão empresarial.

Para a grande maioria dos empresários brasileiros, contudo, o conceito de balanço social ainda é novo.

O que é, afinal, o balanço social? Segundo Nelson Gomes Teixeira, é “um instrumento colocado na mão de empresários para que possam refletir, medir, sentir como vai tal empresa, o seu empreendimento no campo social”.

Trata-se de uma avaliação para medir e julgar os fatos sociais vinculados à empresa, tanto internamente - empresa/empregados - como externamente (empresa/comunidades).



Herbert de Souza - era sociólogo, diretor geral do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e articulador nacional da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida.

Texto publicado no jornal Folha de São Paulo em 26/3/97

Empresas analisadas nesta publicação

- Acesita S/A
- Aché Laboratórios Farmacêuticos
- Açúcar Guarani S/A
- Açucareira Corona S/A
- AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia
- AGCO do Brasil
- Agrícola Fraiburgo S/A
- Agro Pecuária Campo Alto Ltda
- Agro Pecuária Mongre Ltda
- Agrovale - Agro Indústrias do Vale do São Francisco S/A
- Albrás - Alumina Brasileiro S/A
- ALL - América Latina Logística
- AlphaVille Urbanismo S/A
- Alunorte - Alumínio do Norte do Brasil S/A
- Amazônia Celular
- AMG Engenharia Ltda
- Ampla
- Antônio Ruelle Agroindustrial Ltda
- Apsen Farmacêutica S/A
- Araupel S/A
- Asbace ATP
- Bahia Sul Celulose
- Bahiagás - Cia. de Gás da Bahia
- Banco Bradesco
- Banco da Amazônia
- Banco do Brasil
- Banco do Nordeste do Brasil S/A
- Banco Itaú
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- Banco Rural
- Bandeirante Energia
- Bank Boston
- Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
- Basf
- Belcar Caminhões e Máquinas
- Belgo Mineira
- Besc - Banco do Estado de Santa Catarina
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- Boa Vista Energia S/A
- BR Distribuidora
- Brasil Telecom
- Brasilcap Capitalização S/A
- Brasilsaúde Cia. de Seguros
- BRB - Banco de Brasília S/A
- Caesb - Cia. de Saneamento do Distrito Federal
- Cagece - Cia. de Água e Esgoto do Ceará
- Caiuá Serviços de Eletricidade
- Calçados Azaléia
- Calçados Bibi
- Camargo Corrêa S/A
- Cambará S/A Produtos Florestais
- Canguru Embalagens S/A
- Caramuru Alimentos Ltda
- Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A
- Castro's Park Hotel
- CBTU - Cia. Brasileira de Trens Urbanos
- CEA - Cia. de Eletricidade do Amapá
- Ceagesp - Cia. de Entrepósitos e

- Armazéns Gerais de São Paulo
- Ceal - Cia. Energética de Alagoas
- CEB - Cia. Energética de Brasília
- Cecrisa
- Cedae - Cia. Estadual de Águas e Esgotos
- CEF - Caixa Econômica Federal
- CEEE - Cia. Estadual de Energia Elétrica - RS
- CEG - Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro
- Celb - Cia. Energética da Borborema
- Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A
- Celg - Centrais Elétricas de Goiás
- Celpa - Centrais Elétricas do Pará
- Celpe - Cia. Energética de Pernambuco
- Celular CRT S/A
- Celtins - Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
- Cemat - Centrais Elétricas Mato-Grossenses
- Cemig - Cia. de Gás de Minas Gerais
- Cenf - Cia. de Eletricidade de Nova Friburgo
- Central Álcool de Lucélia Ltda
- Cepisa - Cia. Energética do Piauí
- Cesp - Cia. Energética de São Paulo
- CET - Cia. de Engenharia de Tráfego de São Paulo
- CFLCL - Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina
- CGTEE - Cia. Geração Térmica de Energia Elétrica
- Chesf - Cia. Hidro Elétrica do São Francisco
- Cia. Carris Porto Alegre
- Cia. Energética Santa Elisa
- Cia. Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
- Cia. Força e Luz de Mococa
- Cia. Força e Luz do Oeste
- Cia. Industrial Cataguases
- Cia. Industrial e Agrícola Ometto (São Martinho S/A)
- Cia. Nacional de Energia Elétrica
- Cia. Nitro Química Brasileira
- Cia. Província.
- Cia. de Seguros Aliança do Brasil
- Claro
- CLFSC - Cia. Luz e Força Santa Cruz
- Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda
- Cocam - Cia. de Café Solúvel e Derivados
- Cocel - Cia. Campoalegrense de Energia
- Coelba - Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia
- Coelce - Cia. Energética do Ceará
- Coelmatic Ltda
- Cohab - Cia. de Habitação do Estado do Pará
- Comgás - Cia. de Gás de São Paulo
- Conpasul Construção e Serviços
- Consórcio Univias
- Construções Metálicas Icec Ltda
- Construtora Queiroz Galvão S/A
- Copag da Amazônia S/A
- Copagaz
- Copasa - Cia. de Saneamento de Minas Gerais
- Copel - Cia. Paranaense de Energia Elétrica
- Copel Distribuição
- Copel Geração
- Copel Transmissão
- Copesul - Cia. Petroquímica do Sul
- Copiadora Cidade Ltda
- Corsan - Cia. Riograndense de Saneamento
- Cosern - Cia. Energética do Rio Grande do Norte
- Cosipa - Cia. Siderúrgica Paulista
- CPFL - Cia. Piratininga de Força e Luz
- CPFL - Cia. Paulista de Força e Luz
- CPFL Energia S/A
- CPFL Geração de Energia S/A
- CPTM - Cia. Paulista de Trens Metropolitanos
- CSN - Cia. Siderúrgica Nacional
- CST - Cia. Siderúrgica de Tubarão
- CTEEP - Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
- Cummins
- CVI Refrigerantes Ltda
- CVRD - Cia. Vale do Rio Doce (Vale)
- De Nadai Alimentação
- Dedini Açúcar e Álcool Ltda
- Dedini S/A Indústria e Comércio
- Dedini S/A Indústrias de Base
- Della Coletta Usina de Açúcar e Álcool Ltda
- Descartáveis Zanatta - Ind. de Plásticos Zanatta Ltda
- Disoft Solutions S/A
- Dori Alimentos Ltda
- Du Pont
- Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S/A
- Duratex
- Ebal - Empresa Baiana de Alimentos
- ECT Dir. Reg. RS - Empresa Brasileira de Correios e
- Telégrafos
- ECT Nacional - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- EEB - Empresa Elétrica Bragantina
- Eflul - Empresa Força e Luz Urussanga
- El Paso
- Elektro Eletricidade e Energia
- Eletroacre - Cia. de Eletricidade do Acre
- Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras
- Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil
- Eletronuclear - Eletrobrás Termonuclear
- Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo
- Eletrosul Centrais Elétricas S/A
- Elevadores Otis Ltda
- Eli Lilly do Brasil
- Embraco - Empresa Brasileira de Compressores
- Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A
- Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
- Emepa - Empresa Estadual de Pesquisa da Paraíba
- Emparn - Empresa Energética de Pesquisa Agropecuária
- Empresa Elétrica Vale Paranapanema
- Energipe - Empresa Energética de Sergipe S.A.
- Enersul - Empresa Energética de

- Mato Grosso do Sul
- Epamig - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
- EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica
- Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas
- Escola de Turismo e Hotelaria Barreira Roxa
- Expresso Caxiense de Transportes Ltda
- Faber-Castell S/A
- Ferrari Agroindústria Ltda
- Fersol
- Florestal Alimentos S/A
- Fonte Ijuí
- Fras-le
- Furnas Centrais Elétricas
- Gafisa
- GCS Energia
- General Motors do Brasil
- Geraldo J. Coan & Cia. Ltda
- Globo Cabo
- Granvitur Fretamento e Turismo
- Grupo Algar
- Grupo André Maggi
- Grupo Dimed/Panvel
- Grupo Eberle Mundial
- Grupo José Pessoa (*sele suspenso*)
- Grupo Localiza
- Grupo Pão de Açúcar
- Grupo RBS - Rede Brasil Sul de Comunicações
- Grupo Skill
- Grupo Votorantim
- Hidrelétrica Xanxerê
- Hidropan - Hidroelétrica Panambi
- Hospital de Clínicas de Porto Alegre
- Hospital e Maternidade Brasil S/A
- Hospital Mater Dei
- Iberdrola S/A
- Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S/A
- Imbralit Ind. e Com. de Artefatos de Fibrocimento Ltda
- Indústria Farmacêutica Texon Ltda
- Indústria Metálica Icec Ltda
- Infraero - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
- Intelbras - Ind. Telecomunicação Eletrônica Brasileira
- Intermédica Saúde
- Intervias - Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A
- Investco S/A
- Ipanema Agrícola S/A
- IRB - Instituto de Resseguros do Brasil
- Itaipu Binacional
- Itapebi Geração de Energia S/A
- Itautec Philco
- J. Pilon S/A Açúcar e Álcool
- Jalles Machado S/A
- Jari Celulose
- Kepler Weber Indústria S/A
- Kraton Polymers do Brasil Ltda
- Laboratório Álvaro S/A
- Laboratório Sabin de Análises Clínicas
- Lamsa - Linha Amarela S/A
- Leili Eletro Refrigeração Industrial Ltda
- Light Serviços de Eletricidade
- Lupatech S/A
- Maeda S/A Agroindustrial
- Manaus Energia S/A
- Marcopolo S/A
- Marelli Móveis para Escritório Ltda
- Marisol S/A
- Masa da Amazônia Ltda
- MBR - Minerações Brasileiras Reunidas
- Medley S/A Indústria Farmacêutica
- Metalúrgica Gerdau S/A
- Metasa S/A Indústria Metalúrgica
- Metrô SP - Cia. do Metropolitano de São Paulo
- Milenia Agrociência.s S/A
- Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S/A
- MNA - Metalúrgica Nova Americana S/A
- Multibrás da Amazônia
- Multibrás S/A Eletrodomésticos
- Muri Linhas de Montagem
- Muxfeldt Marin Cia.
- Nardini Agroindustrial Ltda
- NC Energia S/A
- Nestlé Brasil Ltda
- Norvinco Ind. de Embalagens Nordeste Ltda
- Novitá Fiat
- O Boticário - Grupo
- O Boticário - Indústria
- Organizações Inepar
- Organon do Brasil Ind. Com. de Akzo Nobel Ltda (Divisão Organon)
- Orsa Celulose, Papel e Embalagens S/A
- Orsa Florestal Ltda
- Pará Pigmentos S/A
- Paraíso Bioenergia Ltda
- Parks S/A Comunicações Digitais
- Perdigão S/A
- Pesagro-Rio - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
- Peter Chemical
- Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A
- Petroflex Indústria e Comércio S/A
- Petróleo Ipiranga
- Petroquímica Triunfo
- Polibrasil
- Politec Ltda
- Politeno Indústria e Comércio S/A
- Porto Seguro S/A
- Proimport Brasil Ltda
- Randon S/A - Implementos e Participações
- Refap - Refinaria Alberto Pasqualini
- Refrigerantes Marajá S/A
- RGE - Rio Grande Energia
- RRJ Transportes de Valores, Segurança e Vigilância.
- Sabarálcool S/A Açúcar e Álcool
- Sabesp - Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
- Sadia
- Saelpa - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
- Saganor
- Saint-Gobain Canalização S/A
- Samarco Mineração S/A
- Sanasa - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A
- Sanepar - Cia. de Saneamento do Paraná
- Santa Cruz S/A Açúcar e Álcool
- Santander Banespa
- SAR - Sul América Refrigeração
- Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos
- Sercomtel Celular S/A
- Sercomtel S/A Telecomunicações
- Shell Brasil Ltda
- Sidesc Clube Card

- Springer Carrier do Nordeste S/A
- Sul América Seguros
- Sulcatarinense - Mineração Artefatos de Cimento, Britagem e Construções Ltda
- Supermercado Modelo Ltda
- Suzano Papel e Celulose
- TAM Linhas Aéreas S/A
- Tecno Moageira Ltda
- Tecnum & Corporate Empreendimentos Imobiliários
- Teikon Tecnologia Industrial S/A
- Tele Centro-Oeste Participações S/A
- Tele Leste Participações S/A
- Tele Sudeste Participações S/A
- Telemar
- Telemig Celular Participações S/A
- Telesp Celular Participações S/A
- TermoAçu - Usina Termoelétrica TermoAçu
- Termope - Termopernambuco S/A
- TIM Nordeste Telecomunicações S/A
- TIM Participações S/A
- TIM Sul S/A
- Todeschini Indústria e Comércio S/A
- Torre Empreendimento Rural e Construção
- Tractebel Energia S/A
- Transportadora Americana Ltda
- Trensurb - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
- Tropical Imóveis
- TRW Automotive Inc.
- Tupy S/A
- Uberlândia Refrescos Ltda
- Ultrapar Participações S/A
- Unialco S/A Açúcar e Álcool
- Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A
- Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais
- Usina Açucareira São Manoel S/A
- Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda
- Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A
- Usina Mandu S/A
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A
- Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool
- Usina São Martinho S/A
- Usina Vista Alegre Açúcar e Álcool
- USJ Açúcar e Álcool S/A
- Vale do Ivaí S/A Açúcar e Álcool
- Vega Engenharia Ambiental
- Viação Campos Gerais S/A
- Viação Grande Vitória Ltda
- Viamão
- Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool
- Votorantim Celulose e Papel
- Zanzini Móveis
- Zen
- 1001 Recargas e Cartuchos

Empresas que receberam o "Selo Balanço Social Ibase/Betinho"

2007

- Antônio Ruelle Agroindustrial Ltda
- Cia. Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
- Cocam - Cia. de Café Solúvel e Derivados
- Coelce - Cia. Energética do Ceará
- Construções Metálicas Icec Ltda
- Copag da Amazônia S/A
- Cosern - Cia. Energética do Rio Grande do Norte
- Dori Alimentos Ltda
- Masa da Amazônia Ltda
- Nardini Agroindustrial Ltda
- Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A
- Refrigerantes Marajá S/A
- Saint-Gobain Canalização S/A
- Sanasa - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A
- Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A
- Vale do Ivaí S/A Açúcar e Álcool

2006

- Açúcar Guarani S/A
- Agrovale - Agro Indústrias do Vale do São Francisco S/A
- Apsen Farmacêutica S/A
- Bahiagás - Cia de Gás da Bahia
- Banco do Brasil
- Brasilsaúde Cia. de Seguros
- Canguru Embalagens S/A
- CEG - Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro
- Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A
- Celpe - Cia. Energética de Pernambuco
- Cia. Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
- Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda
- Coelba - Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia
- Coelce - Cia. Energética do Ceará
- Construtora Queiroz Galvão S/A
- Copag da Amazônia S/A
- Copasa - Cia. de Saneamento de Minas Gerais

- Cosern - Cia Energética do Rio Grande do Norte
- Descartáveis Zanatta - Ind. de Plásticos Zanatta Ltda
- Dori Alimentos Ltda
- Ebal - Empresa Baiana de Alimentos S/A
- Ferrari Agroindústria Ltda
- Geraldo J. Coan & Cia. Ltda
- Hospital de Clínicas de Porto Alegre
- Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S/A
- Imbralit Ind. e Com. de Artefatos de Fibrocimento Ltda
- Itaipu Binacional
- Jalles Machado S/A
- Laboratório Sabin de Análises Clínicas
- Maeda S/A Agroindustrial
- Masa da Amazônia Ltda
- Metasa S/A Indústria Metalúrgica
- Milenia Agrociências S/A
- Paraíso Bioenergia Ltda
- Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A
- Refrigerantes Marajá S/A
- Saint-Gobain Canalização S/A
- Samarco Mineração S/A
- Santa Cruz S/A Açúcar e Álcool
- Sercomtel Celular S/A
- Sercomtel S/A Telecomunicações
- Sulcatarinense - Mineração, Artefatos de Cimento, Britagem e Construções Ltda
- TAM Linhas Aéreas S/A
- Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais
- Usina Açucareira São Manoel S/A
- Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda
- Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A
- Usina Mandu S/A
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A
- Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool
- Vale do Ivaí S/A Açúcar e Álcool
- Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool

2005

- Acesita S/A
- Açúcar Guarani S/A
- Açucareira Corona S/A
- Agro Pecuária Campo Alto Ltda
- Agro Pecuária Mongre Ltda
- ALL - América Latina Logística
- Ampla
- Antônio Ruelle Agroindustrial Ltda
- BahiaGás - Cia. de Gás da Bahia
- Banco do Brasil
- Belcar Caminhões e Máquinas
- Brasilsaúde Cia. de Seguros
- Caesb - Cia. de Saneamento do Distrito Federal
- Calçados Azaléia
- Canguru Embalagens S/A
- Cedae - Cia. Estadual de Águas e Esgotos
- Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A
- Celpe - Cia. Energética de Pernambuco
- Cia Energética Santa Elisa
- Cia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
- Cia Industrial Cataguases
- Cia Industrial e Agrícola Ometto (São Martinho S/A)
- Coelba - Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia
- Coelce - Cia. Energética do Ceará
- Construtora Queiroz Galvão S/A
- Copasa - Cia. de Saneamento de Minas Gerais
- Copel - Cia. Paranaense de Energia Elétrica
- Copesul - Cia. Petroquímica do Sul
- Della Coletta Usina de Açúcar e Álcool Ltda
- Descartáveis Zanatta - Ind. de Plásticos Zanatta Ltda
- Dori Alimentos Ltda
- Ebal - Empresa Baiana de Alimentos S/A
- El Paso
- Ferrari Agroindústria Ltda
- Geraldo J. Coan & Cia Ltda
- Grupo Pão de Açúcar
- Grupo Skill
- Hospital Mater Dei

- Imbralit Ind. e Com. de Artefatos de Fibrocimento Ltda
- IRB - Instituto de Resseguros do Brasil
- Multibrás da Amazônia
- Organizações Inepar
- Paraíso Bioenergia Ltda
- Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A
- Samarco Mineração S/A
- Santa Cruz S/A Açúcar e Álcool
- Sercomtel Celular S/A
- Sercomtel S/A Telecomunicações
- Sulcatarinense - Mineração, Artefatos de Cimento, Britagem e Construções Ltda
- Tam Linhas Aéreas S/A
- Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais
- Usina Açucareira São Manoel S/A
- Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda
- Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A
- Usina Mandu S/A
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A
- Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool
- Usina São Martinho S/A
- Usina Vista Alegre Açúcar e Álcool
- USJ Açúcar e Álcool S/A
- Vale do Ivaí S/A Açúcar e Álcool
- Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool
- Votorantim Celulose e Papel

2004

- Acesita S/A
- Açúcar Guarani S/A
- Açucareira Corona S/A
- Amazônia Celular
- Banco do Brasil
- Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
- Calçados Azaléia
- Canguru Embalagens S/A
- Cedae - Cia. Estadual de Águas e Esgotos
- Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A
- Cia. Carris Porto Alegrense
- Cia. Energética Santa Elisa

- Cia. Industrial Cataguases
- Cia. Industrial e Agrícola Ometto (São Martinho S/A)
- Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda
- Copel - Cia. Paranaense de Energia Elétrica
- Della Coletta Usina de Açúcar e Álcool Ltda
- Descartáveis Zanatta - Ind. de Plásticos Zanatta Ltda
- Dori Alimentos Ltda
- Ebal - Empresa Baiana de Alimentos S/A
- ECT Nacional - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- El Paso
- Embraco - Empresa Brasileira de Compressores
- Expresso Caxiense de Transportes Ltda
- Ferrari Agroindústria Ltda
- Gafisa
- Grupo Pão de Açúcar
- Grupo Skill
- Imbralit Ind. e Com. de Artefatos de Fibrocimento Ltda
- Intervias - Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A
- IRB - Instituto de Resseguros do Brasil
- Jalles Machado S/A
- Marcopolo S/A
- Marelli Móveis para Escritório Ltda
- Milenia Agrociências S/A
- Multibrás da Amazônia
- Organizações Inepar
- Paraíso Bioenergia Ltda
- Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A
- Politec Ltda
- RRJ Transportes de Valores, Segurança e Vigilância
- Sabesp - Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
- Samarco Mineração S/A
- Santa Cruz S/A Açúcar e Álcool
- Sercomtel Celular S/A
- Sercomtel S/A Telecomunicações
- Sul América Seguros
- Telemig Celular Participações S/A
- Tupy S/A
- Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais
- Usina Açucareira São Manoel S/A
- Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A

- Usina Mandu S/A
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A
- Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool
- Usina São Martinho S/A
- Usina Vista Alegre Açúcar e Álcool
- Viação Campos Gerais S/A
- Votorantim Celulose e Papel

2003

- Acesita S/A
- Banco do Brasil
- Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
- Belcar Caminhões e Máquinas
- Caesb - Cia. de Saneamento do Distrito Federal
- Calçados Azaléia
- Canguru Embalagens S/A
- Cedae - Cia. Estadual de Águas e Esgotos
- Cia. Carris Porto Alegrense
- Cia. Energética Santa Elisa
- Cia. Industrial Cataguases
- Cia. Industrial e Agrícola Ometto (São Martinho S/A)
- Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda
- Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
- Gafisa
- Grupo José Pessoa (*selo suspenso*)
- Grupo Pão de Açúcar
- Hospital de Clínicas de Porto Alegre
- Imbralit Ind. e Com. de Artefatos de Fibrocimento Ltda
- Intermédica Saúde
- Intervias - Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A
- Jalles Machado S/A
- Laboratório Sabin de Análises Clínicas
- Marcopolo S/A
- Multibrás da Amazônia
- Organizações Inepar
- Paraíso Bioenergia Ltda
- Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A
- Saint-Gobain Canalização S/A
- Samarco Mineração S/A

- Sercomtel Celular S/A
- Sercomtel S/A Telecomunicações
- Sul América Seguros
- Unialco S/A Açúcar e Álcool
- Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A
- Usina Mandu S/A
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A
- Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool
- Usina São Martinho S/A
- Viação Campos Gerais S/A
- Votorantim Celulose e Papel

2002

- Acesita S/A
- Agrícola Fraiburgo S/A
- Banco do Brasil
- Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
- Belcar Caminhões e Máquinas
- Belgo Mineira
- BR Distribuidora
- Calçados Azaléia
- Calçados Bibi
- Cedae - Cia. Estadual de Águas e Esgotos
- Copel - Cia. Paranaense de Energia Elétrica
- Granvitur Fretamento e Turismo
- Grupo Pão de Açúcar
- Intermédica Saúde
- Organizações Inepar
- Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A
- Sercomtel Celular S/A
- Sercomtel S/A Telecomunicações
- Sul América Seguros
- Tecnum & Corporate Empreendimentos Imobiliários
- Viação Grande Vitória Ltda
- Votorantim Celulose e Papel

2001

- Aché Laboratórios Farmacêuticos
- Banco do Brasil
- Belgo Mineira
- BR Distribuidora
- Calçados Azaléia
- CET - Cia. de Engenharia de Tráfego de São Paulo
- Cohab - Cia. de Habitação do Estado do Pará
- Copel - Cia. Paranaense de Energia Elétrica
- CPTM - Cia. Paulista de Trens Metropolitanos
- ECT - Diretoria Regional do Rio Grande do Sul
- Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A
- Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
- Emepa - Empresa Estadual de Pesquisa da Paraíba
- Emparn - Empresa Energética de Pesquisa Agropecuária
- Epamig - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
- Escola de Turismo e Hotelaria Barreira Roxa
- Fersol
- Grupo Pão de Açúcar
- Intermédica Saúde
- Organon do Brasil Ind. Com. de Akzo Nobel Ltda (Divisão Organon)
- Pesagro-Rio - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
- Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A
- Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais
- Votorantim Celulose e Papel

2000

- Banco do Brasil
- Belgo Mineira
- Calçados Azaléia
- Copel - Cia. Paranaense de Energia Elétrica
- Cosipa - Cia. Siderúrgica Paulista
- Grupo Pão de Açúcar
- Organizações Inepar
- Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

Critérios para o recebimento do "Selo Balanço Social Ibase/Betinho"



Este selo será conferido, exclusivamente, às médias e grandes empresas que utilizam o modelo Ibase de balanço social e cumprem os critérios a seguir:

Sobre o preenchimento e divulgação do Balanço Social:

- O Balanço Social deverá ser adotado absolutamente na íntegra, conforme o modelo sugerido. Nenhum item, linha ou coluna poderá ser omitido (exceto na parte 3, conforme as “Instruções para o Preenchimento” disponíveis no modelo em pdf e na planilha eletrônica para preenchimento).
 - *É negado o uso de “nd” (não disponível) ou “na” (não se aplica).*
- O Balanço Social deverá ser publicado, obrigatoriamente, em jornal e/ou revista de grande circulação regional e/ou nacional, conforme atuação e abrangência da empresa, bem como ser disponibilizado em sua página na internet.
 - *A empresa deverá informar previamente ao Ibase o veículo da imprensa escrita que será utilizado para divulgação do documento.*
- Todos os funcionários e todas as funcionárias deverão receber a tabela no modelo Ibase de forma individualizada e nominal em material impresso, publicação ou evento destinado exclusivamente ao tema da Responsabilidade Social ou Balanço Social.

Algumas sugestões: fotocópia anexada ao contracheque, correspondência impressa contendo somente material sobre Balanço Social, um exemplar do Balanço Social entregue em mãos etc.

 - *Não será aceita a divulgação do referido documento somente via internet e/ou intranet.*
 - *O Ibase deverá receber um exemplar idêntico ao distribuído, bem como comprovação de entrega para todo o corpo funcional.*

- No Balanço Social entregue aos funcionários e às funcionárias deverá constar, adicionalmente, uma mensagem ou carta do(a) presidente/diretor(a) apresentando o documento e destacando sua relevância para a empresa e a sociedade.
- Na parte 7 (Outras Informações) do Balanço Social que será publicado e distribuído aos funcionários e às funcionárias deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes informações:
 - CNPJ, setor econômico e UF da sede da empresa;
 - “Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: ...(nome completo)..., ...(tel)..., ...(e-mail)...”;
 - “Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção”;
 - “Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente”.
- O Balanço Social deverá ser enviado para as entidades sindicais e/ou representativas das categorias profissionais que integram o corpo funcional. O comprovante de entrega deverá ser encaminhado para o Ibase.

Sobre o conteúdo do Balanço Social

- A empresa deverá estar em conformidade com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989), Seção IV, Art 36, sobre o preenchimento dos cargos com pessoas com deficiência em empresas com 100 (cem) ou mais funcionários(as).
 - Esta conformidade será verificada no campo “nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais” - item 5. Indicadores do corpo funcional.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Seção IV, Art 36: A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I. até duzentos empregados, dois por cento;
- II. de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;
- III. de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou
- IV. mais de mil empregados, cinco por cento.

- A empresa deverá apresentar e demonstrar melhoria contínua nas informações contidas em seu balanço social, proporcionalmente e em conformidade com seus resultados e desempenho. Os seguintes itens serão analisados pelo Ibase:
 - Educação - Indicadores sociais internos;
 - Total das contribuições para a sociedade - Indicadores sociais externos;
 - Nº de mulheres que trabalham na empresa;
 - % de cargos de chefia ocupados por mulheres;
 - Nº de negros(as) que trabalham na empresa;
 - % de cargos de chefia ocupados por negros(as);
 - Indicadores ambientais;
 - Nº total de acidentes de trabalho.

Sobre a solicitação e concessão do Selo

- Todos os critérios sobre preenchimento e divulgação devem ser cumpridos para posterior solicitação do selo.
- O período para solicitação do Selo Balanço Social Ibase/Betinho é de janeiro a maio do ano corrente.
- documentação referente ao cumprimento dos critérios, bem como a carta de solicitação, deve ser encaminhada, via correio, para:

Ibase
Av. Rio Branco, 124 - 8º andar - Centro
20040-916 Rio de Janeiro, RJ
A/C: Cláudia Mansur

 - A carta de solicitação está disponível no site www.balancosocial.org.br
 - A data de postagem máxima aceita é até o final de maio do ano corrente.
- O Ibase fará consultas a organizações da sociedade civil que trabalham com os temas: meio ambiente, público consumidor, diversidade de gênero e étnico-racial e direitos fundamentais do trabalho.
- Haverá consulta pública pelo do site www.balancosocial.org.br.
 - A consulta pública terá duração de 2 (dois) meses e será realizada entre 1º de junho e 30 de julho.

- *Os nomes das empresas solicitantes ficarão disponíveis no site da consulta pública durante todo o período estabelecido.*
- *A empresa deverá, obrigatoriamente, informar ao seu corpo funcional e às entidades sindicais e/ou representativas das categorias profissionais que integram o corpo funcional que está em processo de consulta pública, indicando o site <www.balancosocial.org.br> para participação. Esta informação deverá constar, também, na página principal/inicial do site da empresa com direcionamento (link) para a página web da consulta pública.*
- A lista dos selos concedidos será divulgada pelo Ibase no dia 9 de agosto.
- Seguidas as orientações anteriormente citadas, o selo será entregue em formato eletrônico. Opcionalmente, o selo poderá ser entregue em um quadro emoldurado e nominal, em cerimônia promovida pela empresa obrigatoriamente com a participação de seus(suas) funcionários(as) e previamente agendada com o Ibase.
- O recebimento desse selo não está relacionado a qualquer forma de pagamento, associação e/ou contribuição financeira
- Cabe ao Ibase a decisão final sobre a concessão do selo.
- Mais informações com Cláudia Mansur - cmansur@ibase.br - tel: (21) 2178-9400.

RESTRIÇÕES

O "Selo Balanço Social Ibase/Betinho" não será fornecido às empresas de cigarro, armas de fogo/munições e bebidas alcoólicas.

O Ibase reserva-se o direito de não conceder, suspender e/ou retirar o "Selo Balanço Social Ibase/Betinho" de qualquer empresa envolvida, denunciada e/ou processada por corrupção, violação de direitos humanos, sociais e ambientais relacionados com a "Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho", de 1998; a "Declaração Universal dos Direitos Humanos"; a "Convenção das Nações Unidas para Eliminar todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres"; a "Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Infância e da Adolescência"; as Diretrizes da OCDE, de 2000; a "Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", de 1992; bem como toda a legislação brasileira relativa a esses direitos e deveres já estabelecidos.

As restrições relativas à exploração de trabalho infantil, ao trabalho forçado e à prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente poderão ser motivo de consulta a órgãos públicos e privados de promoção, defesa e garantia de direitos trabalhistas e de cidadania. Em caso de denúncias e/ou processos judiciais, o Ibase suspenderá o Selo até que a decisão final seja divulgada. A suspensão do selo será informada por carta à empresa e divulgada no site <www.balancosocial.org.br>

(logo_ou_papel_timbrado_da_empresa)

(cidade), (data).

Ao
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase

A/C: Cláudia Mansur
Responsabilidade Social e Ética nas Organizações

Ref: Selo Balanço Social Ibase/Betinho 2007

A (nome_da_empresa) vem por meio desta ratificar seu compromisso com a ética e a responsabilidade social demonstrado por meio de seu Balanço Social 2006.

Gostaríamos de solicitar o envio do Selo Balanço Social Ibase/Betinho 2007 considerando o cumprimento de todos os critérios estabelecidos por este instituto, conforme documentação em anexo.

Estamos cientes do seguimento deste processo por parte do Ibase – avaliação dos documentos, consulta a ONGs e consulta pública no site www.balancosocial.org.br e concordamos com o estabelecido.

Aproveitamos a oportunidade para declarar que:

1. A empresa não utiliza mão-de-obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
2. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

No aguardo da avaliação da solicitação ora encaminhada, somos

Atenciosamente,

.....
Presidente(a)/Diretor(a)
E-mail:
Telefone:
(nome e assinatura)

BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 1997

1997 (R\$) 1996 (R\$)

ibase
INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS

1) Base de Cálculo

| | | | | | | |
|--------------------------------|--|--|--|--|--|--|
| 1.1 - Faturamento Bruto | | | | | | |
| 1.2 - Lucro Operacional | | | | | | |
| 1.3 - Folha de Pagamento Bruta | | | | | | |

2) Indicadores Laboriais

| | Valor (R\$) | % sobre Folha de Pagamento Bruta | % sobre Lucro Operacional | Valor (R\$) | % sobre Folha de Pagamento Bruta | % sobre Lucro Operacional |
|--|-------------|----------------------------------|---------------------------|-------------|----------------------------------|---------------------------|
| 2.1 - Alimentação | | | | | | |
| 2.2 - Encargos Sociais Compulsórios | | | | | | |
| 2.3 - Previdência Privada | | | | | | |
| 2.4 - Saúde | | | | | | |
| 2.5 - Educação | | | | | | |
| 2.6 - Outros Benefícios | | | | | | |
| Subtotal 2 - Indicadores Laboriais (2.1 a 2.6) | | | | | | |

3) Indicadores Sociais

| | Valor (R\$) | % sobre Lucro Operacional | % sobre Faturamento Bruto | Valor (R\$) | % sobre Lucro Operacional | % sobre Faturamento Bruto |
|---|-------------|---------------------------|---------------------------|-------------|---------------------------|---------------------------|
| 3.1 - Impostos incluídos etc. sociais | | | | | | |
| 3.2 - Contribuições para Sociedade/Investimentos na cidadania | | | | | | |
| 3.3 - Investimentos em Meio Ambiente | | | | | | |
| Subtotal 3 - de Indicadores Sociais (3.1 a 3.3) | | | | | | |

4) Indicadores do Corpo Funcional

| | 1997 Nº de empregados | 1996 Nº de empregados |
|--|--------------------------|--------------------------|
| 4.1 - Nº empregados ao final do período | | |
| 4.2 - Nº de admissões durante o período | | |
| 4.3 - Nº de mulheres que trabalham na empresa | | |
| 4.4 - Qual o percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres? | | |
| 4.5 - Nº de empregados portadores de deficiência | | |

5) Outras informações relevantes quanto ao exercício da responsabilidade social

| INDICADOR | Itens incluídos |
|--|--|
| 1 - Folha de Pagamento Bruta | Valor total anual da folha de pagamento, incluídos encargos sociais |
| 2.1 - Alimentação | Restaurante, ticket-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados |
| 2.2 - Encargos Sociais Compulsórios | Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações, benefícios aos aposentados,... |
| 2.3 - Previdência Privada | Planos de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde |
| 2.4 - Saúde | Treinamento, programas de estágio incluídos salários, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos biblioteca incluído pens., etc. e outros gastos com educação e treinamento de funcionários |
| 2.5 - Educação | Creche no local ou auxílio creche aos funcionários |
| 2.6 - Creches/Auxílio Creche | Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados |
| 2.7 - Outros Benefícios | Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais, municipais (não incluir encargos sociais, lançados no item 2.2) |
| 3.1 - Impostos incluídos etc. sociais | Investimentos na comunidade (não incluir os gastos com os empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, defesa civil, educação, pesquisa, obras públicas e outros gastos sociais na comunidade sem fins lucrativos |
| 3.2 - Contribuições para Sociedade/ Investimentos na Cidadania | Refluxamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem a conservação do meio ambiente |
| 3.3 - Investimentos em Meio Ambiente | Nº de empregados registrados no último dia do período |
| 4.1 - Nº empregados ao final do período | Admissões efetuadas durante o período |
| 4.2 - Nº de admissões durante o período | |

Primeiro modelo de Balanço Social Ibase/Betinho

| 1. Base de cálculo | 2006 Valor (mil reais) | | | 2005 Valor (mil reais) | | |
|--|---|---|--|---|---|--|
| Receita líquida (RL) | | | | | | |
| Resultado operacional (RO) | | | | | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | | | | | | |
| 2. Indicadores sociais internos | Valor (mil R\$) | % Sobre FPB | % Sobre RL | Valor (mil R\$) | % Sobre FPB | % Sobre RL |
| Alimentação | | | | | | |
| Encargos sociais compulsórios | | | | | | |
| Previdência privada | | | | | | |
| Saúde | | | | | | |
| Segurança e saúde no trabalho | | | | | | |
| Educação | | | | | | |
| Cultura | | | | | | |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | | | | | | |
| Creches ou auxílio-creche | | | | | | |
| Participação nos lucros ou resultados | | | | | | |
| Outros | | | | | | |
| Total - Indicadores sociais internos | | | | | | |
| 3. Indicadores sociais externos | Valor (mil R\$) | % Sobre RO | % Sobre RL | Valor (mil R\$) | % Sobre RO | % Sobre RL |
| Educação | | | | | | |
| Cultura | | | | | | |
| Saúde e saneamento | | | | | | |
| Esporte | | | | | | |
| Combate à fome e segurança alimentar | | | | | | |
| Outros | | | | | | |
| Total das contribuições para a sociedade | | | | | | |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | | | | | | |
| Total - Indicadores sociais externos | | | | | | |
| 4. Indicadores ambientais | Valor (mil R\$) | % Sobre RO | % Sobre RL | Valor (mil R\$) | % Sobre RO | % Sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa | | | | | | |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | | | | | | |
| Total dos investimentos em meio ambiente | | | | | | |
| Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa: | <input type="checkbox"/> não possui metas | <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% | <input type="checkbox"/> não possui metas | <input type="checkbox"/> não possui metas | <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% | <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% |
| | <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% | <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% | <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% | <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% | | |
| 5. Indicadores do corpo funcional | | | | | | |
| Nº de empregado(s) ao final do período | | | | | | |
| Nº de admissões durante o período | | | | | | |
| Nº de empregado(s) terceirizado(s) | | | | | | |
| Nº de estagiário(s) | | | | | | |
| Nº de empregado(s) acima de 45 anos | | | | | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | | | | | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | | | | | | |
| Nº de negro(s) que trabalham na empresa | | | | | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negro(s) | | | | | | |
| Nº de portador(es) de deficiência ou necessidades especiais | | | | | | |
| 6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2006 | | | Metas 2007 | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | | | | | | |
| Número total de acidentes de trabalho | | | | | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) | <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | <input type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) | <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) e Cipa | <input type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) | <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) e Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | <input type="checkbox"/> não se aplica | <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT | <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT | <input type="checkbox"/> não se aplica | <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT | <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT |
| A previdência privada contempla: | <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) | <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) |
| A participação nos lucros ou resultados contempla: | <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) | <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção e gerências | <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | <input type="checkbox"/> não são considerados | <input type="checkbox"/> são considerados | <input type="checkbox"/> não seguem | <input type="checkbox"/> não são considerados | <input type="checkbox"/> são considerados | <input type="checkbox"/> não seguem |
| Quanto à participação de empregado(s) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | <input type="checkbox"/> não se aplica | <input type="checkbox"/> aplica | <input type="checkbox"/> organiza e incentiva | <input type="checkbox"/> não se aplica | <input type="checkbox"/> aplica | <input type="checkbox"/> organiza e incentiva |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa | na Procon | na Justiça | na empresa | na Procon | na Justiça |
| % de reclamações e críticas solucionadas: | na empresa | na Procon | na Justiça | na empresa | na Procon | na Justiça |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): | Em 2006: | | | Em 2005: | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | % governo | % colaboradores | | % governo | % colaboradores | |
| | % acionistas | % terceiros | % estado | % acionistas | % terceiros | % estado |
| 7. Outras informações | | | | | | |

Após:

